

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS  
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

9 DE MARÇO DE 2010

7.<sup>a</sup> REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1. AUDIÇÃO DO SR. PROF. DOUTOR CARLOS ZORRINHO, EX-COORDENADOR DO PLANO TECNOLÓGICO.*
- 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO PELO GRUPO PARLAMENTAR DO CDS-PP, SOLICITANDO NOVA DOCUMENTAÇÃO.*
- 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD, SOLICITANDO NOVA DOCUMENTAÇÃO.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

**Oradores:**

Miguel Tiago (PCP)

Ramos Preto (PS)

Jorge Costa (PSD)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Pedro Filipe Soares (BE)

Luís Gonelha (PS)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar a nossa reunião.

*Eram 15 horas e 11 minutos.*

Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho, começo por agradecer a sua presença na Comissão e por informar que vamos começar a audição com uma intervenção, de resto na linha daquilo que temos feito com quase todas as audições anteriores. Após a intervenção do Prof. Carlos Zorrinho, seguiremos o procedimento normal que temos adoptado, em que cada um dos Srs. Deputados, nesta primeira ronda, dispõe de 10 minutos para formular as perguntas.

Tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. **Carlos Zorrinho** (Ex-Coordenador do Plano Tecnológico): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É, naturalmente, com total disponibilidade que cumpro o meu dever de me sujeitar às questões que quiserem e entenderem por bem colocar no âmbito desta comissão eventual de inquérito.

Não quero, no entanto, deixar de sublinhar, no início desta minha intervenção, que, ao analisar com detalhe a Resolução n.º 8/2010, de 18 de Janeiro, constatei que o objecto fundamental da inquirição versa sobre questões que estão fora do âmbito das minhas funções passadas e actuais, que são, como sabem, actualmente, Secretário de Estado da Energia e da Inovação, mas, no passado e actualmente, Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico. Mas é óbvio que, se constatei este facto, os Srs. Deputados têm todo o direito de exigir prova disso ou de questionar no sentido de verificarem se é assim ou não.

Como sabem, o Plano Tecnológico foi e é uma ideia política, uma agenda, que não é estritamente governamental; é uma agenda de mobilização da sociedade portuguesa para a inovação, o conhecimento e a tecnologia e traduziu-se, em algumas circunstâncias, em medidas concretas que fizeram parte de um compromisso de acção, aliás, sempre renovado.

O papel do Coordenador do Plano Tecnológico e do seu Gabinete Técnico de apoio, que era, aliás, à altura, como é hoje, um gabinete de cariz ministerial, equiparado ao de secretário de Estado, é, fundamentalmente, o de dinamizar e monitorar a agenda do Plano Tecnológico, já agora, da Estratégia de Lisboa e, naquela altura, também da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, e não executar medidas.

O nosso papel, o nosso compromisso e a nossa missão é dinamizar e monitorar uma agenda e não executar medidas. Foi, aliás, por este motivo que foi criada, e agora de novo constituída em nova resolução do Conselho de Ministros (RCM), uma rede de pontos focais dos diferentes Ministérios, e é esta rede de pontos focais que assegura a ligação entre a coordenação e a implementação sempre que há participação de entidades públicas, porque no Plano Tecnológico temos medidas públicas sectoriais, públicas interministeriais, público-privadas e parcerias exclusivamente privadas.

Portanto, basicamente, face a uma iniciativa e a uma agenda, o que fazemos, e fazíamos, é reconhecê-la como sendo uma agenda com o «selo» do Plano Tecnológico e, a partir dessa altura, colaborar na sua concepção e na sua monitorização.

O último relatório do Plano Tecnológico publicado identifica 178 medidas em curso nessa altura. Ora, se somarmos a estas 178 medidas as medidas do Plano Nacional de Reformas da Estratégia de Lisboa ou da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável percebe-se que seria impensável um gabinete com esta estrutura executar as medidas. O nosso papel era, e é, um papel de grande importância, de grande relevância e que

muito nos orgulha, que é o de dinamizar, de ajudar a conceber e de monitorar acções que promovam o conhecimento, a tecnologia e a inovação na sociedade portuguesa.

No caso das medidas e.escola, e.escolinha, que é uma declinação que se inclui no e.escola, e Magalhães, que é também uma consequência destas, 3 das 178 medidas do Plano Tecnológico, o meu papel, que muito me orgulha, foi participar na concepção e incubação das ideias e, depois, na monitorização dos resultados.

Como é que surgiu a necessidade, a ideia de dar prioridade a uma medida como a e.escola? Como é que ela depois passou a abranger o ensino básico? E como é que ela depois também passou a ter uma ambição de promover este modelo português em termos internacionais? São, no fundo, o centro destas três medidas: e.escola, e.escolinha, como o seu prolongamento para um público específico, e Magalhães, como acções de promoção do modelo português em termos internacionais.

Já referi há pouco que o objectivo fundamental do Plano Tecnológico era, e é, promover o conhecimento, a tecnologia e a inovação. Nas nossas circunstâncias actuais, quando pensamos nessa promoção numa lógica de sensibilidade social, num contexto de igualdade de oportunidades, obviamente que temos de pensar na igualdade de acesso a recursos fundamentais, como o acesso à informação, através de meios informáticos, e o acesso à banda larga.

Ora, começámos a apoiar, a incentivar muitas medidas para promover a penetração da banda larga no nosso País, mas rapidamente constatámos, aliás, também o verificámos através de estudos, que havia um *handicap*: só 40% das casas portuguesas tinham computador. A verdade é que, nessas casas portuguesas que tinham computador, a taxa de penetração de banda larga era muito elevada, mas havia 60% dos lares em Portugal que estavam fora deste processo.

Ora, aqui surgia uma questão de fundo, do ponto de vista político e social. A partir do momento em que o Governo decidiu fazer um investimento forte, nomeadamente através do Plano Tecnológico da Educação (outra medida que se insere no âmbito mais vasto do Plano Tecnológico, mas não é o nosso tema), no acesso à banda larga em todas as escolas, nos *smart boards*, na informatização das escolas, poderíamos estar a assistir a um risco de aprofundamento da dessintonia entre o ambiente de aprendizagem na família e na escola e aumentar a desigualdade de oportunidades daí decorrente. Alguns estudantes com excelentes ambientes informáticos em casa encontrariam na escola um ambiente que os desmotivaria; alguns estudantes que não tinham acesso à banda larga, a computadores, a informática em casa encontrariam na escola algo para que não estavam preparados e teriam uma desvantagem competitiva directa em relação aos seus colegas, que já tinham um domínio, em casa e também na escola.

Portanto, havia o risco de uma medida de grande sensibilidade social e de grande impulso, a informatização e a introdução das novas tecnologias na escola, não sendo combinada com uma medida que promovesse a integração dos computadores e do acesso à banda larga nas famílias vir a ter uma consequência que não fosse exactamente aquela que queríamos e que, no fundo, acabasse por aprofundar as desigualdades sociais.

Foi assim que começou a germinar a ideia de que era preciso fazer alguma coisa. Temos de fazer alguma coisa para que mais famílias tenham computadores, mais famílias tenham acesso à banda larga, mais estudantes tenham computadores, mais estudantes tenham acesso à banda larga, mais estudantes em formação em Novas Oportunidades tenham computadores e acesso à banda larga e que os professores, parte fundamental deste sistema, também tenham esta flexibilidade de poder ter, na escola e em casa, este tipo de ferramentas.

Ora, foi aí que se criou uma *task force* que envolveu vários Ministérios. O papel-chave do Plano Tecnológico era, no fundo, dinamizar esta *task force* com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (pontualmente com outros Ministérios, mas basicamente com estes três) para se começar a olhar para este problema e encontrar uma solução.

Rapidamente percebemos que a solução deveria passar por um sistema em que os equipamentos fossem das pessoas e não da escola ou da entidade formativa, exactamente para terem a flexibilidade de poderem estar em casa, de irem para a escola, de poderem ser usados em cada momento na aprendizagem. Para isto, também rapidamente percebemos que, sendo das pessoas, era ainda importante que fossem portáteis, o que permitiria esta flexibilidade.

Chegámos a esta ideia e a este ponto de concepção. O momento seguinte foi perceber como é que poderíamos viabilizar uma medida destas. Como imaginam, há ferramentas que permitem financiar (agora, na energia, tenho esta experiência noutras áreas) medidas colectivas. As escolas podem financiar-se no QREN ou no Orçamento do Estado para comprar, por exemplo, computadores e, depois, distribuí-los, mas, para, directamente, ter a perspectiva de chegar às pessoas, este não era um instrumento elegível.

Foi então que surgiu a constatação de que havia uma oportunidade que permitia resolver e dar uma resposta a esta necessidade da sociedade portuguesa. E esta oportunidade era o facto de haver contrapartidas das licenças UMTS que ainda não estavam totalmente realizadas e que poderiam ser canalizadas para esta medida, porque essas contrapartidas eram claramente para promover a sociedade de informação. Ora, que melhor medida que esta para promover a sociedade de informação?

Por outro lado, também é verdade — e isto sempre fez parte da forma como encarámos, e continuamos a encarar, esta questão — que a dinamização do Plano Tecnológico era uma medida de duplo ganho, porque era uma medida em que os operadores, exercendo as suas contrapartidas, também conquistavam e dinamizavam o mercado. Portanto, tinham tudo para, de alguma maneira, se envolverem, não como uma penalização mas como uma verdadeira parceria para concretizar esta medida. E foi assim que se desenvolveu o modelo de massificação do acesso a computadores portáteis com acesso à banda larga no e.escola (no e.escolinha em certas condições), em condições vantajosas para os estudantes, para os estudantes da Novas Oportunidades e para os professores, definindo-se, desde logo, que este modelo para funcionar, para ser transparente, como foi sempre e queríamos que fosse, e para ser competitivo seria um modelo aberto. O que significa um modelo aberto? Significa, em primeiro lugar, que os operadores, desde que tivessem um determinado tipo de requisitos, faziam as ofertas que entendiam e, em segundo lugar, que os beneficiários, mediante uma contrapartida que dependia do seu rendimento e das condições também definidas, optavam pelo pacote que queriam.

Como sabem, nos *sites* havia ofertas dos vários operadores e dentro de cada operador havia ofertas diferentes, e isto era algo definido de forma aberta; era uma escolha dos operadores, mediante requisitos, e uma escolha dos beneficiários, mediante opções de escolha.

Uma vez definido este modelo, verificou-se a necessidade (a ideia foi sempre ter um modelo muito operativo, muito leve, como em todas as medidas do Plano Tecnológico) de haver uma estrutura que garantisse: por um lado, que os operadores estavam de facto a actuar de acordo com os requisitos, que o sistema estava a funcionar de acordo com os requisitos, e que os beneficiários estavam a ter fácil acesso ao sistema; e, por outro lado,

que no «final do dia» (é uma expressão que se usa), em cada momento, fosse possível haver algumas compensações do ponto de vista de alguns operadores, pois uns eram mais solicitados e do que outros operadores, dado a escolha ser livre, e, portanto, era preciso haver essa compensação pelas participações, mais ou menos, em função das entregas efectivas dos operadores.

Para essa tarefa foi mobilizado um fundo, já aqui muitas vezes citado, de 25 milhões de euros, o qual decorria, como sabem, de uma determinação da ANACOM no sentido de que as operadoras teriam de pagar em função de não haver quatro licenças mas, sim, três, dada a desistência da OniWay.

Foi até aqui o papel do Plano Tecnológico, de que muito me orgulho e de que a equipa do Plano Tecnológico muito se orgulha, ou seja, o de conceber, o de viabilizar o modelo de acção, o de articular esse modelo e de inclui-lo como medida e, depois, também temos um processo de funcionamento do Plano Tecnológico. Os Srs. Deputados sabem que é muito complexo, nomeadamente do ponto de vista da Administração Pública, termos parcerias muito alargadas de execução. É sempre melhor definir tudo, encarregar alguém, um Ministério, uma entidade que seja crítica nesse processo para implementar a medida. E, no caso concreto, foi o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) que ficou encarregue de gerir a medida (aliás, disse-vos há pouco que temos uma rede de pontos focais e, portanto, quem respondia perante nós era o ponto focal do MOPTC), o que, aliás, fez com inegável sucesso, e já aqui explicou a maneira como o fez. Não o acompanhei de forma directa, acompanhei resultados, mas a execução foi feita pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Aliás, o sucesso da medida fez com que ela, inicialmente pensada para o 10.º ano, fosse sendo sucessivamente alargada — e alargada até de

modo a poder ser introduzida no ensino básico, onde ganhou o nome (sendo de qualquer maneira uma continuação do e.escola) de e.escolinha, para diferenciar um pouco esse novo objectivo do ensino básico.

O facto de o modelo ter tido sucesso com os números, com o aumento da penetração da banda larga que é reportada, com o número de portáteis entregues, com a percepção global na sociedade portuguesa de que ele tinha sucesso e também com a percepção internacional de que este era um modelo de sucesso, levou a que introduzíssemos no Plano Tecnológico, já mais à frente, uma medida designada «*Magalhães*». Esta medida designada «*Magalhães*» vem já na sequência do e.escola, do e.escolinha, das escolhas que os operadores fizeram, dos nomes que deram aos computadores. Mas, de facto, foi um nome que pegou, o de *Magalhães*. Então, desenvolvemos uma medida para quê? Para incentivar a comunicação externa deste sucesso do modelo português, para isso potenciar eventuais exportações de empresas portuguesas, de empresas de conteúdos, do próprio modelo de desenvolvimento. Aliás, houve uma curiosidade enorme por este modelo em muitos pontos do globo. E o que fizemos com o e.escola, fizemos com outras medidas emblemáticas, como a Empresa na Hora, o Cartão do Cidadão, o SIS-one4ALL, enfim... E hoje continuamos a fazer. Quando Portugal é considerado, por exemplo, o país que tem o melhor Governo Electrónico da Europa, em termos de disposição e sofisticação, isto leva a que, muitas vezes, o Gabinete do Plano Tecnológico seja convidado internacionalmente para expor o que estamos a fazer. Normalmente, o que dizemos é «estamos a fazer isto, porque há um conjunto de instituições, de empresas, etc., que estão a fazer», abrindo, portanto, portas e oportunidades de dinamização e de exportação.

A partir deste processo, e estando no terreno as três medidas, que, no fundo, são duas (mais uma, porque o e.escolinha é um prolongamento do e.escola), o nosso papel foi exclusivamente o de reportar resultados, e

fizemo-lo sempre, como continuamos a fazer, no nosso *site*, em comunicados, em relatórios periódicos, nas reuniões semestrais com o conselho consultivo — em cada momento, reportámos resultados.

Também era e é nossa prática, quando uma determinada medida não está a atingir resultados que nos parecem adequados, fazemos uma pergunta simples, que é: esta medida é para cair? Ou seja, no terreno verificou-se que ela não tinha a adesão ou o impacto que se previa e, portanto, é para cair? Por isso é que o Plano Tecnológico, ao longo da sua vida, foi sempre tendo números diferentes de medidas e diferentes medidas, porque algumas caíam, entre um conselho consultivo e outro, e outras eram acrescentadas. É para cair? Ou, então, se os resultados não forem os adequados, perguntamos: «o que podemos fazer para melhorar?».

Mas neste caso do e.escola e do e.escolinha, foi sempre com muito orgulho que reportámos excelentes e grandes resultados. A medida — posso dizê-lo com toda a convicção — excedeu todas as nossas expectativas. Foi uma medida extraordinária e que orgulha claramente o Gabinete e o Coordenador do Plano Tecnológico, por ter participado na sua concepção e na sua monitorização.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor. Estou a tratá-lo por Professor Carlos Zorrinho justamente para destacar que não está aqui na qualidade de Secretário de Estado, porque não está nesta audição a responder por algo que tenha a ver com as funções actuais de Secretário de Estado que desempenha no Governo, mas, antes, como sublinhou bem no início da sua intervenção, na qualidade de Coordenador Nacional do Plano Tecnológico.

Esta audição foi inicialmente pedida pelo PCP. Portanto, nos termos daquilo que tem sido a prática na Comissão, é o Sr. Deputado Miguel Tiago o primeiro a fazer perguntas.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, antes de mais, começo por cumprimentar o Coordenador do Plano Tecnológico e também por agradecer a sua presença nesta iniciativa.

Confesso que fiquei, desde logo, confuso quando nos disse que achava que as suas competências não se cruzavam com as desta Comissão de inquérito. Mas, depois, ao fim e ao cabo, conseguiu aflorar um conjunto de aspectos que, no âmbito desta Comissão, estão precisamente a ser alvo desse inquérito.

Numa primeira intervenção, gostaria de deixar algumas questões, mas também algumas notas, para que possamos compreender. A primeira questão, que julgo que é importante que fique clara para que depois possamos aprofundar outras, é, afinal de contas, a de saber qual é precisamente o papel do Plano Tecnológico nas iniciativas que refere. Já ouvimos dizer que dinamiza, que monitoriza, mas não executa — e compreendemos essa... Mas, ao mesmo tempo, é um programa do qual se orgulha. Portanto, importa que os Deputados compreendam se o Plano Tecnológico, afinal, foi apenas um «chapéu de propaganda» para dar cobertura e inventariar um conjunto de medidas avulsas, tomadas quer no sector público quer no sector privado, ou se, por outro lado, é uma forma de gestão integrada de uma agenda política orientada. Isto não resulta, para já, claro da sua intervenção — e, aliás, deixe-me dizer-lhe que da audição do Dr. Rui Grilo também não resultou.

Pela nossa parte, PCP, estamos com esperança de que hoje consigamos compreender exactamente qual foi e qual é o papel do Gabinete do Plano Tecnológico e o seu funcionamento. É que isto vai também levar-nos a perceber como foram feitas todas as negociações inerentes a estas operações.

Não tentemos colocar esta discussão apenas num balanço de custo/benefício, ou numa perspectiva política dos efeitos de cada uma das medidas do Plano Tecnológico — aliás, não é este o âmbito desta Comissão —, mas tentemos compreender como é que cada uma das medidas surge e como é que ela ganha as características que tem. Por que é que, no âmbito da coordenação e monitorização que nos referiu, a Microsoft, por exemplo, é um parceiro permanente e persistente, desde o início, desde 2006? E aqui, gostaria de referir, em nota de rodapé, que foi preciso a Assembleia da República constituir uma comissão de inquérito para ter acesso aos documentos que o Estado português subscreveu com a Microsoft (e não foi por falta de requerimento, pelo menos por parte do PCP, que esses documentos não nos chegaram às mãos). Mas porquê esta parceria com uma empresa que já tem uma posição dominante no mercado? Estamos, pura e simplesmente, a falar da detenção privada de uma linguagem que está a ser, neste momento, apadrinhada pelo Plano Tecnológico — pelo menos na prática, resulta assim.

O Sr. Coordenador dir-nos-á que esta é uma questão que não resulta do Plano. Mas este é um efeito objectivo. E gostaríamos de perguntar-lhe quais foram os critérios, as razões, os motivos que levaram o Estado português, ou, neste caso, o Gabinete do Plano Tecnológico (se é que interveio e como é que interveio nessas negociações) a fazer da Microsoft o parceiro primeiro para tudo isto e estar presente em todas as dimensões, pelo menos naquelas que estamos hoje aqui a aprofundar, a saber, o e.escola, o e.escolinha, o *Magalhães*.

Há uma passagem, a págs. 164, no Relatório de Progresso do Plano Tecnológico, que nos dá conta que, em Dezembro de 2005, no âmbito do Plano Tecnológico, foi levado a cabo um apoio no lançamento por parte do sector privado de pacotes integrados de PC (*personal computers*) e ligação à *Internet* em banda larga. Pergunto: que programa preciso foi este? Quais

eram os contornos deste programa? Que apoio público era este? Ou, se não é um apoio público, gostaria que clarificasse. Quem eram estas entidades privadas? Vou frisar que o Relatório refere «Apoio a lançamento por parte de privados...», ou seja, é uma interacção com o sector privado, «... de pacotes integrados de PC (...) em banda larga». Ora, deste programa não se conhecem desenvolvimentos. O PCP teve oportunidade de colocar esta questão ao Coordenador Adjunto do Gabinete do Plano Tecnológico, mas não houve resposta, porque, segundo o próprio, não estaria ainda, na altura, a acompanhar devidamente — e, aliás, até deixou uma nota de que essa iniciativa não deve ter corrido bem, segundo percebi.

Até porque esta iniciativa — e isto para que compreendamos por que razão o PCP está a chamar esta iniciativa a debate — nos parece uma semente daquilo que viria a ser o resto, uma semente daquilo que viria a ser o e.escola e o e.escolinha, e que, sendo uma iniciativa falhada, o Governo terá chamado a si mais responsabilidades neste apoio ao sector privado.

Gostávamos de perceber exactamente quem é este sector privado, quais foram os apoios e quais eram os objectivos deste programa. Ele não surge, depois, em mais lado algum. E é curioso que, em «Dezembro de 2005: Apoio no lançamento por parte do sector privado de pacotes integrados de PC e ligação à *Internet* em banda larga». Mas, depois, desaparece e não se conhece qualquer desenvolvimento.

O Sr. Coordenador deixou-nos aqui uma ideia que não nos parece totalmente correcta, a de que existe uma integração e coordenação interministerial política e obviamente também burocrática e administrativa, no sentido de levar a cabo uma «agenda mobilizadora para a sociedade da informação», como lhe chamou. Ora, isto esbarra logo na forma como se iniciou o processo do e.escola. De facto, como é que pode dizer-nos que há uma grande articulação entre o Plano Tecnológico e todas as restantes entidades envolvidas ou, pelo menos, afectadas (porque há aqui as

executantes, no caso, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e havia outros Ministérios que eram afectados, neste caso muito específico a que nos referimos, o Ministério da Educação), se o Ministério da Educação não foi tido nem havido, não participou (ou, pelo menos, assim nos foi dado a crer), ao longo de todo este tempo, na iniciativa e.escola? Aliás, o executor da iniciativa e.escola, como o Sr. Coordenador bem poderá comprovar e, aliás, acabou de referir, é precisamente o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Isto suscita logo um conjunto de questões muito vasto. Questionamos, por um lado, a interacção e a articulação e, por outro, a duplicação de esforços, de custos e até o acerto da decisão política, embora não seja este que hoje aqui queremos aprofundar, tendo em conta que estamos na presença do Coordenador do Plano Tecnológico. Mas somos levados a perguntar o seguinte: tendo em conta o esforço, inclusivamente, para a disponibilidade do *wireless* nas escolas e que o Ministério da Educação não intervém no processo e tem em paralelo um conjunto de medidas a decorrer nas escolas, qual é, de facto, a coordenação que se verifica num programa desta dimensão? Não estamos propriamente a falar de tostões, estamos a falar de um programa de grande envergadura.

Quero ainda deixar uma última questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem 1 minuto, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): - Muito obrigado, Sr. Presidente, é o tempo certo para deixar a minha última questão.

Gostávamos de perceber a partir de que momento e que motivos justificam a decisão da alocação das contrapartidas do concurso para as licenças UMTS, cerca de 389 milhões de euros, para a iniciativa que,

depois, vem a ser conhecida por e.escola e que é uma medida do Plano Tecnológico (é uma das 178 medidas que aqui nos referiu). Qual é o fundamento da decisão de alocação dessas contrapartidas a esta iniciativa? Em que momento é que tem lugar essa decisão? Julgamos ser da maior importância que se perceba, aliás, acabou de nos dizer que este foi um programa que também teve grandes benefícios para os operadores, não temos dúvidas. E, portanto, aplicar as contrapartidas em benefícios dos operadores continua a ser algo que nos faz alguma confusão.

O Sr. **Presidente**: - Para responder, tem a palavra o Sr. Professor Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: - Sr. Deputado, agradeço as questões que colocou e sublinho a ideia «aplicar as contrapartidas e todos os recursos em benefício da promoção da sociedade da informação em Portugal». A sociedade da informação em Portugal tem, naturalmente, agentes múltiplos e aquilo que beneficia estes vários agentes múltiplos com transparência e correcção beneficia a promoção da sociedade da informação em Portugal.

Sr. Deputado, penso que - naturalmente, por defeito meu - não consegui explicitar o modelo de funcionamento da rede de coordenação da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico que existia à altura em que foi concebida e lançada esta medida e que existe de novo, criada de novo por uma resolução do Conselho de Ministros.

É um modelo de funcionamento muito interessante do ponto de vista da governação. Eu funciono como coordenador e coordeno uma equipa que tem pontos focais, que representam pessoalmente todos os Ministros, o que significa que todos os Ministérios estão envolvidos na rede, na coordenação e na monitorização do Plano Tecnológico, da Estratégia de Lisboa,

futuramente da Estratégia UE2020, na altura da estratégia do desenvolvimento sustentável. Agora, o nosso papel é mais de apoio, a supervisão passou, na nova lei orgânica do Governo, para o Ministério do Ambiente, o que significa que era nossa prerrogativa, e exercemo-la muitas vezes, criar *task forces* variáveis para pôr as coisas a funcionar. Há pouco disse-lhe que, neste caso concreto, a *task force* que trabalhou mais directamente na concepção desta medida envolvia o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Segurança Social por motivos óbvios, mas, em algumas circunstâncias e em alguns momentos, não tenho de memória, teremos certamente chamado outros pontos focais para darem a sua opinião, se calhar para lhes perguntar se também não poderiam... Não sei, estou apenas a dizer que não tenho de memória, mas poderia ser estendido a outras áreas, a outras circunstâncias... Mas, pelo menos, esta *task force* funcionou e foi alargada pontualmente noutras circunstâncias.

O que o Plano Tecnológico fez, e voltou a fazer agora, foi funcionar como chapéu de dinamização, não como agenda de propaganda, Sr. Deputado. Funcionou como chapéu de dinamização, ou seja, como uma entidade que, face a um programa, identifica uma necessidade e trabalha em conjunto, algumas vezes com a sociedade civil, outras vezes com a sociedade civil e com entidades públicas e outras vezes com entidades públicas, para desenhar uma resposta.

Sem o Ministério das Obras Públicas, sem o Ministério da Educação, sem o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, sem os operadores, sem tanta gente envolvida neste processo esta medida não teria sido um sucesso. Mas da mesma maneira lhe digo que dificilmente ela poderia ter sido concebida e lançada sem este papel coordenador do Plano Tecnológico, que, a meu ver, teve aí um papel fundamental e determinante, como teve nesta e em muitas outras medidas que posso enumerar.

De qualquer maneira, o nosso papel é de concepção. A partir do momento em que se passa à execução, não é o nosso papel. Eu não participei em nenhuma negociação específica com operadores. Participei numa primeira reunião que houve no Ministério das Obras Públicas em que o Sr. Ministro das Obras Públicas falou genericamente com os operadores sobre esta ideia e para eles reflectirem e trabalharem na linha desta ideia. Lembro-me de ter participado nesta reunião, foi a única em que participei. Depois, não participei em mais nenhuma outra reunião de negociação, fosse com quem fosse, com a Microsoft ou com qualquer outra entidade, não era o meu papel fazê-lo, não o fiz e continuo a não fazê-lo, e, aliás, por este motivo não tenho capacidade para responder-lhe à última pergunta. Não faço ideia em que momento é que foi decidido fazer a afectação ou foi decidido... As medidas de execução concretas foram medidas da entidade gestora e que, naturalmente, se reflectiram em resultados finais, em resultados quantitativos, como número de portáteis entregues, resultados do programa.

Portanto, eu não participei em nenhum desses processos. Mas compreendo que a sua questão é um pouco mais alargada e que posso inferir dela uma pergunta sobre a importância: por que é que o Plano Tecnológico também concebeu, juntamente com vários Ministérios - e é um bom exemplo porque são muitos Ministérios; há uma imagem célebre de muitos Ministros a assinarem o protocolo com a Microsoft, mas também com outras entidades de *software* livre, designadamente a Sun, a Cisco, a Esop -, memorandos de entendimento? Porque entendemos importante promover memorandos de entendimento, de cidadania e não de economia. É preciso separar totalmente aquilo que possa ter sido a negociação com as várias empresas para se tornar possível a realização da e.escolas e para tornar viável o memorando de cooperação com a Microsoft. É um memorando de cidadania, e não de economia, baseado no princípio da

responsabilidade social das empresas. Ou seja, as empresas exercem acções de responsabilidade social.

Mais uma vez, a Microsoft, os operadores, a Cisco, a Sun e o Governo português tinham todos o mesmo interesse: promover a sociedade de informação. É bom para os portugueses, é bom para Portugal, cria mercado.

Estes acordos não estão no mercado, estão ao lado. Ora, numa lógica de duplo ganho, ao associarmos Portugal aos grandes centros de referência (MIT, Harvard, Austin, Texas, Pittsburgh, Carnegie Mellon, etc.) estamos a colocarmo-nos no mapa dessas grandes empresas. Para quê? Para investirem em Portugal e para testarem os seus produtos em Portugal - e muitas delas fizeram-no.

Ora, uma das grandes oportunidades que Portugal tem nesta área da sociedade da informação é ser um bom *test market*, ou seja, um bom mercado de teste com duplo ganho para testarem soluções aqui. Ao mesmo tempo, também é verdade que se essas empresas colocam Portugal no seu mapa isso credibiliza o País como um país que inova e surpreende. Isso foi verdade nessa altura e continua a ser.

Portugal teve outras condições para inovar e surpreender. Por exemplo, o facto de sermos o País que mais aumentou o investimento em administração e desenvolvimento no último ano, ou um dos países que mais progrediu na banda larga móvel, ou o n.º 1 no e-gov electrónico ou no progresso que fizemos no European Innovation Score Board, ou no número de computadores por estudante, ou no número de computadores vendidos no nosso mercado. Depois houve outras formas de surpreendermos mas, aí, nesses acordos fizemos esse papel fundamental, que foi o papel de associação, colocando e posicionando Portugal como um País líder e de topo na promoção da sociedade da informação.

Sr. Deputado, queria dizer-lhe que os relatórios do Plano

Tecnológico têm, na sua estrutura, três componentes, aliás, mais do que três: uma introdução, as medidas do Plano Tecnológico, as medidas apresentadas pelo Governo no âmbito do Plano Tecnológico e, depois, as medidas de sociedade civil no âmbito do Plano Tecnológico.

Considero que a inclusão dessa medida de 2005, por aquilo que posso ver, foi a promoção pela TMN e pela Toshiba de pacotes de acesso à banda larga a custos baixos, ou mais baixos, foi mal classificada. Ou seja, devia estar classificada não no capítulo «Acções apresentadas publicamente pelo Governo no âmbito do Plano Tecnológico» mas, sim, «Acções da sociedade civil no âmbito do Plano Tecnológico». Reconheço que estão mal posicionados. É exactamente uma medida - e nós registamos muitas nos relatórios - da sociedade civil. Qual é o apoio? É o apoio de estar lá, é o apoio de dizer «sim, esta é uma medida do Plano Tecnológico», «sim, esta é uma medida que se insere no Plano Tecnológico».

Há muitas medidas em que há uma intervenção directa do ponto de vista público, há medidas que são público-privadas e há medidas que são estritamente privadas. Olhe, muito recentemente, a Toshiba, por exemplo, com o Banco Santander, com outros parceiros (não sei nomear todos) lançaram o e-universidades. É uma iniciativa estritamente privada, mas no âmbito do Plano Tecnológico. Os promotores reconhecem a mais-valia de estar numa agenda que é uma agenda da sociedade portuguesa. Na apresentação colocaram, com a nossa autorização, o logotipo do Plano Tecnológico. Eu estive lá, na apresentação, com muito gosto e a dizer: «aqui está uma medida da sociedade civil no âmbito do Plano Tecnológico».

É o caso também desta medida de 2005, que está aqui mal classificada e, por isso, peço desculpa. Ela devia estar inserida nas medidas da sociedade civil, no âmbito do Plano Tecnológico.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Professor Carlos Zorrinho.  
Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. Ramos Preto (PS): - Sr. Presidente, Sr. Professor, tenho muito gosto em tê-lo cá, muito obrigado por ter vindo.

O Sr. Professor, na sua primeira intervenção, fez aqui um relato do que tem sido, nas grandes linhas, o Plano Tecnológico e a relação que existiu entre o Plano Tecnológico e estas acções em concreto do Programa e.escola.

A primeira questão que gostava de lhe colocar, em malha mais fina, é a seguinte: qual foi o papel do Plano Tecnológico na concepção desse Programa e.escola? Pedia-lhe que elaborasse um pouco sobre essa matéria, ou seja, dizer qual foi a importância do Plano Tecnológico para o desenvolvimento desse programa e também, por efeito desse Programa, da sua implementação para o desenvolvimento do País.

O Sr. Professor falou-nos aqui do papel do Plano Tecnológico no desenvolvimento desta iniciativa governamental e disse-nos que foi concepção também de monitorização. Ora, queria saber, dado que nos disse depois, que havia uma rede focal em cada um dos ministérios, se a negociação específica com as operadoras para a implementação desse programa também coube ao Plano Tecnológico ou se isso ficou a cargo de cada um desses pontos focais. Penso que isso significa que cada um dos ministérios *de per si*, agiu em concreto. Será isso? Como é que isso se processava?

Sr. Professor, gostava também de saber qual foi o engajamento das diversas empresas. O Sr. Professor não falou na Microsoft, mas falou em empresas que fizeram memorandos de entendimento numa perspectiva de cidadania. Gostaria de saber se esses memorandos de entendimento eram memorandos juridicamente vinculativos ou indicativos de manifestação

destas grandes companhias no sentido de apostar num certo programa, atenta a bondade do mesmo, fazendo uma avaliação... Por exemplo, a Microsoft é uma empresa internacional, há-de fazer uma avaliação da mais-valia desse programa, da bondade desse programa e ela própria aposta, ou não, nesse programa e nas finalidades do mesmo, considerando uma mais-valia para o País em que está a actuar e também para o desenvolvimento desse programa. Se calhar, até, noutros países, se ele for válido, eficaz e tiver capacidade de se projectar para outros países nos quais possa vir a ser aplicado.

Estas são as questões que aqui deixo à sua apreciação, porque, como aqui já foi referido diversas vezes noutras audições, não estamos propriamente aqui a apreciar aqui o Plano Tecnológico. Estou só a fazer-lhe estas perguntas da decorrência que resulta da implementação deste Plano Tecnológico para tomarmos uma iniciativa concreta que é objecto desta Comissão.

São estas as minhas perguntas.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Prof. Carlos Zorrinho

O Sr. Prof. Carlos Zorrinho: - Há pouco fui exaustivo na identificação do papel e da equipa do Plano Tecnológico.

Nestas medidas, julgo que a primeira questão essencial, como há pouco referi, foi a identificação de uma necessidade e, ao mesmo tempo, a identificação de um problema. Obviamente que podíamos ter feito um esforço para promover o acesso da banda larga em Portugal, para aumentar o número de famílias com computadores e depois, a certa altura, chegar à conclusão, que penso que muitas pessoas antes de nós terão chegado, de

que: «Bem, Portugal é relativamente dual, temos algumas famílias com possibilidades e outras com menos, paciência, vamos ter de trabalhar com estes 40% que são os info-incluídos e ficamos com 60% de info-excluídos.» Penso que o primeiro contributo de toda a rede do Plano Tecnológico foi dizer: «Não, nós não nos rendemos a isto, não aceitamos que tenha de ser assim.» A sociedade da informação é uma sociedade em que a igualdade de oportunidades, como referi há pouco, implica igualdade no acesso à informação, na manipulação da informação. O acesso à banda larga é como o plano do século XXI, como o acesso à electricidade ou a outros bens públicos, outras *utilities*, no século XX. Nós, aliás, temos dado passos importantes no sentido de levar a banda larga ao interior do País e, até, de a tornar um serviço universal.

Portanto, não nos resignámos. E, ao não nos resignarmos, juntámos quem podia dar um contributo importante para pensar numa solução. E descrevi-lhe há pouco como fomos pensando: primeiro, a importância de ser propriedade dos professores e dos estudantes e não propriedade das escolas ou das instituições, que era um outro modelo possível, mas respondia mais ao que imaginávamos como queríamos promover a sociedade de informação em Portugal; em segundo lugar, quando optámos... Hoje, parece uma opção muito óbvia, a banda larga móvel está por todo o lado, mas na altura foi uma opção crítica e importante do ponto de vista estratégico optarmos pela solução serem computadores portáteis e com banda larga móvel. Foi uma outra opção forte. E, depois, também trabalhamos naturalmente com os vários pontos focais na definição de requisitos, porque os requisitos, por exemplo, que o Ministério do Trabalho entendia que deviam ter os equipamentos para os estudantes das novas oportunidades eram diferentes dos requisitos que o Ministério da Educação entendia que deviam ter para os professores ou para os estudantes do 10.º ano ou de anos inferiores.

Portanto, nessa parte da concepção, esse foi o nosso papel. A partir daí, em nenhum momento participámos em qualquer negociação, porque não era esse o nosso papel e, sinceramente, a questão é que, face à pressão das múltiplas medidas que tínhamos e que temos de monitorar e de conceber, face à pressão de que o Plano Tecnológico começou com 70 medidas e foi sempre crescendo, de facto, não tínhamos hipótese nem sequer tempo, mesmo que quiséssemos. Mesmo que tivéssemos a curiosidade de dizer «bem, vamos assistir a uma discussão ou uma conversa para ver como é que...», não tínhamos essa possibilidade, porque não era a nossa missão, não era o nosso papel. Não participámos em nada nesse domínio.

Os memorandos de entendimento foram sempre desenhados nesta perspectiva. Não podiam e não implicam nenhum custo para quem assina cada uma das componentes desse memorando. Em segundo lugar, presidiu sempre, na assinatura do memorando, a vontade do signatário, que reconheceu que tinha um benefício concreto para a sua missão ao assinar aquele memorando de entendimento. A questão é: algo que lhe é proporcionado e é perguntado aos vários potenciais destinatários «interessa-vos ou não vos interessa» e os memorandos de entendimento, quer o primeiro quer o segundo, que, por exemplo, foram assinados com a Microsoft quer os que foram assinados com as outras entidades que referi — com a Sun, com a Cisco, etc. — tiverem sempre essa linha de abertura.

Mais: normalmente, nas reuniões da rede de coordenação do Plano Tecnológico — às vezes, também o fazia por telefone, de maneira directa, porque o funcionamento de uma estrutura destas não é sempre formal —, dizia, por exemplo: «Estamos a preparar, porque há esta oportunidade, a assinatura de um memorando de entendimento com a Sun, temos interesse em que isso seja feito. Vejam, por favor, nas vossas áreas se há alguma coisa que a Sun vos pode oferecer (não vender) ou disponibilizar que seja

do vosso interesse, trabalhem com eles e, depois, juntamos tudo e fazemos um memorando o mais robusto possível.» Era assim que funcionávamos.

Portanto, em nenhuma circunstância está envolvida uma palavra de honra. Repare: se a Microsoft, a Cisco ou a Sun disserem «Portugal assinou um memorando de entendimento connosco, mas não usou nada do que era suposto, não fez do que era suposto, enganaram-nos», nós temos uma perda de honra; ou, em contrapartida, se nós dissermos «estas empresas disponibilizaram uma série de coisas e, depois, de facto, não disponibilizaram», isso é também uma questão de honra e de imagem, porque estamos a falar em acções de responsabilidade social e, nestas acções, é sobretudo isso que está em jogo: é a cidadania e são também, naturalmente, os ganhos de imagem e de criação de mercado e de promoção da sociedade de informação.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Professor Carlos Zorrinho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Sr. Presidente, começo por saudar a vinda do Sr. Prof. Carlos Zorrinho enquanto ex-coordenador do Plano Tecnológico, porque, de facto, é importante clarificar aqui algumas questões que têm a ver com o funcionamento não tanto do Plano Tecnológico, mas de uma relação entre a equipa do Plano Tecnológico e a matéria que esta Comissão tem por objectivo avaliar. Recordo, para situar as questões, que temos como principal missão concluir da exigência ou não de concurso público para a aquisição de um conjunto de computadores e, por outro lado, perceber também se o meio utilizado, sobretudo a Fundação, foi ou não legal.

Ouvi o Sr. Prof. Carlos Zorrinho referir aqui que o seu papel enquanto coordenador se limitou à questão da concepção da ideia e da

monitorização dos resultados. E referiu, depois, que a forma como este processo evoluiu passou pela criação de uma *taskforce*, envolvendo, sobretudo, os Ministérios das Obras Públicas, da Educação e do Trabalho, e que os membros desta *taskforce*, enquanto pontos focais também, eram representantes pessoais dos respectivos Ministros.

A primeira pergunta que lhe coloco, concretamente, é: quem era o interlocutor do Ministério das Obras Públicas neste processo? Sobretudo gostaria de saber se foi sempre o mesmo. Já ouvimos aqui que neste processo, que decorreu durante dois anos, interveio o Ministério das Obras Públicas, o Secretário de Estado das Obras Públicas, um fundo para a sociedade de informação, uma entidade gestora de um fundo, uma fundação. Ou seja, há um conjunto de entidades que foram aparecendo neste processo e queria saber, em concreto, quem era, de facto, o interlocutor do Ministério das Obras Públicas e, sobretudo, quem é que foi durante todo este tempo.

Referiu também que, no âmbito desta *taskforce*, tiraram várias conclusões, a primeira das quais foi que deveriam ser equipamentos para as pessoas, para ficarem em propriedade das pessoas, senão não teria o tal efeito prático, e deviam ser equipamentos portáteis. Referiu agora, nesta última resposta ao Deputado Ramos Preto, que trabalhou na definição de alguns dos requisitos desses equipamentos e, depois, na sua intervenção, saltou desta parte da definição para a parte da forma de viabilização. Penso que há aqui um vazio entre esta definição e a viabilização e, por isso, tenho três ou quatro questões concretas para lhe colocar.

Começo por lhe perguntar se parou aqui. Ou seja, referiu equipamentos para as pessoas e portáteis e agora portáteis e banda larga móvel, são três características. E o resto? Não houve mais intervenção? Nesta *taskforce* não se discutiu mais nada acerca das restantes características e requisitos que os computadores tinham de ter? Não

imagino que o Ministério da Educação e, sobretudo, o coordenador do Plano Tecnológico, tão empenhado que estava no sucesso da ideia que tinha concebido, se alheasse de alguns detalhes concretos que são fundamentais para o sucesso desta iniciativa, nomeadamente, para lhe dar dois ou três exemplos, o peso do equipamento, pois não imagino que se pusesse às costas dos estudantes ou das criancinhas um equipamento com 4 kg ou 5 kg, ou que tivesse um monitor com uma dimensão não adequada para o tipo de trabalho que iam desenvolver, ou que tivesse um processador sem capacidade para suportar o *software* que teria de ser instalado para bom sucesso dos programas, ou o próprio *software* que não poderia ser um qualquer.

Não imagino que se alheasse disto e, por isso, pergunto-lhe como é que foi a intervenção do coordenador do Plano Tecnológico ou da sua equipa — é preciso também referir que, quando estamos a falar aqui do Plano Tecnológico, não estamos a falar só do coordenador, mas da sua equipa, pela qual era responsável. Gostaria de saber como é que intervieram neste processo ou se, pura e simplesmente, se alhearam dele, o que me pareceria estranho, na medida em que, como referi, ele é fundamental para o sucesso da ideia e do resultado.

Por outro lado, uma vez definido o equipamento e os respectivos requisitos, gostaria de saber como é que era a questão do *software*, se não foi o coordenador, quem é que tratou destas questões com os fornecedores de *software*, porque, em determinada altura, lemos na comunicação social (num jornal) que houve uns problemas com o *software* dos computadores visto que não era adequado, tinha dificuldades de funcionamento e, inclusive, erros de linguagem. O que lhe pergunto é se se alhearam deste facto e se isso foi uma questão que ficou a ser tratada por outras entidades, o que, como disse, seria estranho.

Relativamente à viabilização, referiu também que, em determinada altura, constatarem a oportunidade das contrapartidas. A minha pergunta é quem é que validou, depois, a adequação das contrapartidas à implementação neste âmbito. Ou seja, as contrapartidas têm um determinado montante, penso que decidiram aportar um montante para esta iniciativa, devem ter feito umas contas, pergunto quem é que fez as contas. Se estamos perante uma ideia que está a ser desenvolvida, é preciso saber quanto é que ela custa e, portanto, é natural que tenham feito umas contas para saber quanto é que isso ia custar e se estava enquadrado ou não no montante ainda disponível das contrapartidas. Assim, a minha pergunta é como é que isto foi tratado, quem é que fez as contas, quem é que validou depois a adequação do modelo que estavam a desenvolver quanto ao que estava previsto nas contrapartidas para saber se era possível ou não mobilizar esse tal montante.

A propósito de contrapartidas, ocorre-me também uma outra pergunta que tem a ver com o facto de existir esta equipa do Plano Tecnológico. No âmbito da licença UMTS, as obrigações do serviço público decorriam para a aplicação de um determinado montante na sociedade de informação. Gostaria de saber qual foi a intervenção do coordenador do Plano Tecnológico e da sua equipa na validação ou, pelo menos, na decisão de adequação desses investimentos dos operadores, para além daquilo que está nestes Programas e escolas e escolinhas, ou seja, o outro montante. Isto é, ficou só no grupo de trabalho da UMTS ou, de facto, dado que estamos a falar de investimentos na área da sociedade de informação, o coordenador do Plano Tecnológico foi chamado neste processo, foi-lhe perguntado alguma coisa, interveio, não interveio, ou isto passou completamente à margem, como passou completamente à margem da equipa do Plano Tecnológico. No entanto, volto a dizer que me parece estranho não ter tido intervenção nesta matéria, na medida em que estamos

a falar de investimentos da sociedade de informação e da existência de uma equipa própria para tratar de matérias do Plano Tecnológico.

Disse aqui também que, definindo o modelo, havia que encontrar uma estrutura para seguir este processo e aí é que se mobilizou o fundo para a sociedade de informação (FSI). A minha pergunta concreta é: como. Ou seja, foi nessa altura que decidiram criar o fundo para a sociedade de informação, sabendo-se que, a propósito da extinção da licença da Oniway, havia ali uma verba disponível? Foi aqui que decidiram criar o fundo? Foi aqui que decidiram a evolução de todo este processo? Sabemos que em Junho aparece o fundo, em Agosto aparece a entidade gestora do fundo e em Setembro do ano seguinte aparece a Fundação. Como é que isto tudo se passou nesta equipa que seguiu este processo desde o início, como aqui referiu? Quem é que aparece com a ideia de criar a Fundação? É o representante do Ministério das Obras Públicas que chega à *taskforce* e diz que o fundo para a sociedade de informação não serve, não é adequado para prosseguirmos estes objectivos, que temos de avançar para a criação de uma Fundação? Como é que este processo ocorreu, de facto?

Finalmente, falou na componente de acompanhamento de resultados — referiu, até, resultados excelentes e grandes —, pergunto-lhe se tem informações mais concretas sobre os resultados, porque nós, das audições que tivemos, ainda não tirámos uma conclusão que era fundamental. Sobretudo percebendo que estamos perante um projecto que visava a profusão da utilização das novas tecnologias, é preciso saber, quando estamos perante uma iniciativa, se o seu resultado decorre apenas enquanto ela decorre ou se, uma vez concluída, os resultados perduram para além dela.

Refiro-me em concreto ao caso programa e.escola, em que há um período de fidelização para os utilizadores de banda larga. Depois de

concluído esse período, tem dados acerca do que é que acontece? As pessoas mantêm-se fidelizadas?

No caso do e.professor, temos algumas notícias de que, passado aquele ano de fidelização obrigatória, ela deixou de acontecer. O que significa que isto pode ter servido, em muitos casos, apenas como um meio para comprar um computador mais barato, na medida em que, depois, desaparece essa ligação.

Relativamente ao programa e.escolinha, também ainda não conseguimos ter aqui informação – o próprio Presidente da Fundação também não a tinha – sobre o grau de adesão, na medida em que no e.escolinha não era obrigatória adesão à banda larga, para perceber qual foi, de facto, o número e a percentagem. Falou-se aqui em pouco mais de mil adesões...

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Mil numa 1.<sup>a</sup> fase!

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Não se sabe quais são as quantidades e gostaríamos de saber, de facto, já que fala em resultados, qual o resultado que tem o programa e.escolinha, em termos de número e percentagem.

Finalmente, falou numa nova medida do *Magalhães* e na exportação e gostaria de perceber qual o resultado dessa nova medida, em que é que isto se concretizou em termos de potenciar as exportações, como aqui referiu, até porque, segundo números da OCDE, o Estado disponibiliza 90% dos seus serviços *online* mas apenas 18% dos portugueses os utilizam, ou seja, que Portugal está num dos piores lugares do *ranking* – está em 17.º lugar de 22 países – de utilização destas tecnologias.

Portanto, o Governo não terá feito uma aposta no que é mais fácil em vez de ter potenciado, de facto, uma reforma que perdurasse depois da conclusão do programa?

Também ouvimos falar de uma iniciativa no sentido de serem utilizados os computadores *Magalhães* nas Forças Armadas. Gostava de saber se o Coordenador do Plano Tecnológico teve alguma intervenção nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Recordo-me de, numa das reuniões, o ponto focal do Ministério da Defesa ter ponderado essa hipótese. Não sei se, depois, ela evoluiu. Como digo, essa é uma das possibilidades que existem. É uma possibilidade os vários Ministérios desenvolverem iniciativas, de acordo com o que entenderem. Se as tivessem desenvolvido, teriam de o fazer de acordo com um protocolo específico e muito limitado ou, então, teria de ser feito com outro tipo de processo, dado que seriam entidades e não era um computador para as pessoas.

De facto, as questões que coloca são muitas mas gostaria de começar por dizer que exactamente aquilo que referiu, ou seja, o diferencial que ainda existe entre o potencial que o nosso país tem neste momento de disponibilização de serviços públicos *online* e de sofisticação e o número de pessoas que lhes podem aceder é a melhor razão e a melhor justificação para fazer esta aposta.

Agora, não queira o Sr. Deputado que uma medida estruturante como esta se possa medir no ano seguinte a ter sido posta em prática! Esta é uma medida que espero que dure – actualizada, naturalmente – por muitos anos. Penso que é uma medida que tem todas as características para sobreviver, inclusivamente a eventuais mudanças de maiorias políticas, é uma medida que é estruturante e mudará este diferencial brutal na nossa sociedade entre

aqueles que têm a capacidade de acesso à sociedade de informação e aqueles que não o têm e que cada vez mais o vão ter.

Nos utilizadores mais novos, a probabilidade e a possibilidade de utilizarem esses serviços de certeza que terá um indicador muito mais elevado.

Por isso, a grande forma de medir o sucesso desta medida será a mudança estrutural da capacidade de acesso à sociedade de informação no nosso país, sendo que depois há resultados práticos, como sermos dos países que mais progrediu em banda larga móvel (isso está nos *rankings* todos), em banda larga acumulada (o que também está em todos os *rankings*), na distribuição física de computadores, que é de facto enorme e os números foram já aqui dados. Tudo isso são dados de execução que são conhecidos.

Sr. Deputado, não é fácil explicar mas vou voltar a dizer o seguinte: não tínhamos falta de trabalho na coordenação do Plano Tecnológico nem queríamos chamar a nós tarefas ou funções que não tinham qualquer mais-valia serem feitas por nós.

Trata-se de uma entidade de coordenação do Plano Tecnológico. Como tal, sempre que era necessário fazer algo que implicasse coordenação interministerial, nós fazíamos-lo: na concepção da ideia; na definição genérica do modelo de intervenção, para ele ser compatível; nas Novas Oportunidades, para os professores, para os estudantes; na definição genérica dos requisitos, face ao pacote e ao preço médio expectável do pacote global, como já aqui foi explicado; o que é que o computador devia ter, que tipo de capacidades devia ter. Não fomos nós que o fizemos, reunimos os Ministérios envolvidos, que discutiam e definiam isso.

Portanto, sempre que havia uma mais-valia de coordenação a decisão era tomada em *task force*, como é evidente. Sempre que era uma execução, não era preciso a *task force*, não era preciso o Ministério das Obras

Públicas pedir para reunir a *task force* para decidir um processo ou outro da sua intervenção ou concretização. Por exemplo, para fazer as contas, penso que as terá feito sozinho, não precisava da ajuda de quatro ou cinco Ministérios para as fazer. Pelo menos nós não fizemos as contas que pediu...

Não tive nenhuma intervenção concreta na certificação do uso de outras medidas, de outras verbas das contrapartidas. Portanto, não tive nenhuma intervenção formal nesse processo.

É óbvio que, porque o Plano Tecnológico tinha 178 medidas – quanto às que terá agora vamos fazer um balanço a curto prazo e esta medida, como muitas outras, tinha uma ligação muito forte ao Plano Tecnológico, o que é positivo, é bom –, algumas vezes éramos contactados por utilizadores, por potenciais fornecedores de conteúdos para os equipamentos, por potenciais fornecedores de soluções ou por empresas que também queriam estar na linha de oferta, e o que fazíamos era redireccioná-los, nuns casos para os operadores, noutros para o Plano Tecnológico da Educação, noutros ainda para outras entidades. O que fazíamos, o que fizemos sempre, foi funcionar um pouco como «balcão único» para estas medidas todas e redireccionar as várias situações.

Ouve uma fase da minha vida em que, muitas vezes, na rua, me abordavam pessoalmente, às vezes criancinhas, a dizer, por exemplo, «eu conheço o senhor. Quando é que o meu *Magalhães* chega?» Naturalmente que, nesse caso concreto, não redireccionava, dizia-lhes: «espero que não demore muito».

Mas nós tínhamos também esse «rosto» e, portanto, quando eram questões que eram objecto de seguimento, elas eram seguidas.

Em relação aos pontos focais do Ministério na anterior legislatura, foram três: primeiro, o Dr. Crisóstomo Teixeira; depois, o Dr. Pedro Policarpo; finalmente, o Dr. Renato Pereira.

É verdade que, nestas reuniões, por vezes, e não tenho de memória quem eram as pessoas, estes pontos focais nem sempre vinham sozinhos. Ou seja, se havia uma reunião da *task force* para um determinado tema, o ponto focal fazia-se acompanhar por pessoas do Ministério que o pudessem assessorar.

O Sr. Presidente: — Sr. Prof., segundo as minhas notas, faltou responder à pergunta de como foi mobilizado o Fundo para a Sociedade de Informação e à questão de quem é que teve a ideia da criação da Fundação.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Responder, respondi de forma indirecta. Referi que em tudo aquilo que exigia uma coordenação interministerial, a decisão foi tomada em coordenação interministerial; em tudo o que era processo de execução, as decisões eram tomadas pela entidade executora, que, aliás, decidiu e bastante bem esse processo. Mas entidade executora era o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Prof. Carlos Zorrinho, a quem agradeço a presença e espero que, como até as crianças o identificam com a cara do *Magalhães*, ...

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Não disse isso!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Ok! Como o vendedor do *Magalhães*, já que lhe pediam o *Magalhães*... Também já vimos o nosso Primeiro-Ministro a fazer de «Homem da Regisconta» pelo mundo fora,...

O Sr. Ramos Preto (PS): — Vá às perguntas!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Se tivéssemos que terminar aqui a Comissão de Inquérito e preencher o «bilhete de identidade» do *Magalhães*, teríamos que escrever «pai incógnito», porque, de facto, não se consegue saber. Tanta gente a pensar, a «concepcionar», mas, depois, ainda não conseguimos chegar a quem terá tido, de facto, a feliz ideia do *Magalhães*.

Mas gostaria de me reportar a afirmações suas acerca de um plano, com o qual concordo, ambicioso – e quando os planos são ambiciosos temos de estar todos e de acordo e desejar que se chegue lá –, que era o de ter, em 2010, um computador para cada duas crianças. Disse isso numa apresentação pública, onde já sei que estive apenas para acompanhamento e que não teve mais nada a ver com aquilo, mas esta é uma ideia concreta.

Portanto, presumo que, para V. Ex.<sup>a</sup>, não é indiferente que seja um computador qualquer, convém que seja um computador que funcione para além de esgotado o prazo de contrato com a *internet*. Aliás, a pergunta do PSD, e ainda não houve resposta, é no sentido de saber aquilo que acontece depois de terminado o prazo de ligação à *internet*, se há de facto uma quebra dessa oferta de serviços ou se as pessoas continuam a aderir, embora com preço diferente. Mas valia a pena saber o que acontece a seguir.

Parece que o Plano Tecnológico teve um papel fundamental na concepção do tipo de aparelho, quer no que respeita ao *software* quer ao *hardware*, para fornecer às crianças de modo a atingir esse objectivo, uma

vez que esses computadores não têm que ter funcionalidades iguais a tantos outros. Portanto, é importante saber se teve essa participação e, se não teve, se sabe quem a teve; sabendo quem a teve, quando é que foi.

Aliás, lendo um artigo de V. Ex.<sup>a</sup>, vou citá-lo: «o projecto *Magalhães* é um projecto típico de um projecto de desenvolvimento no âmbito do Plano Tecnológico que tenho a honra de coordenar.» Portanto, não podemos ficar só com coisas como, por exemplo, «participei apenas numa reunião e tudo o resto me passou ao lado», como tão bem foi explicado na nossa anterior audição.

Gostava de saber para que foi essa única reunião no Ministério das Obras Públicas, se foi conjuntamente com Ministério das Obras Públicas e operadores para definir o modelo da Fundação, se foi para definir a utilização das contrapartidas. Essas contrapartidas eram de 25 milhões ou eram as outras contrapartidas, para lá dos 25 milhões, ou foi apenas uma reunião em que toda a gente concordou em fazer uma coisa que, depois, toda a gente prometia que não sabia de nada?

Queria perguntar ainda se conhece o memorando de entendimento entre o Ministério das Obras Públicas e a Intel. Presumo que esteve no Pavilhão Atlântico na altura em que o mundo, o planeta ficou a conhecer o computador *Magalhães*.

Conhecendo esse memorando – e não vou perguntar se acha ou não que a Intel, como fornecedora, devia ser alvo de concurso público –, pergunto se sabia que nele a Intel iria encontrar um parceiro, um produtor, capaz de cumprir com os objectivos que ainda agora aqui assinalou, ou seja, não só fornecer computadores *Magalhães* para cumprir com o plano do e.escolinha mas também para aquilo que acabou por dizer que é tão importante, tão importante que até inverteu a nossa balança tecnológica, que é a exportação.

Pergunto ainda se não achou estranho que nessa mesma apresentação fosse dado a conhecer o produtor, a JP Sá Couto, e se considera que essa empresa tinha a capacidade de produção para o mercado nacional e para o mercado internacional.

Julgo que esteve presente e, portanto, gostava de saber o que acha sobre isto e em que contexto é que esse memorando foi assinado.

Depois, indo ao site do Plano Tecnológico, reparamos que em praticamente todos os programas (internet, e.escola, escola segura, qualquer que ele seja) há um ponto da situação, uma cronologia, que há objectivos definidos, e todos eles têm contrato visado pelo Tribunal de Contas e concurso público. A minha pergunta é porque no e-escolinha isso não aconteceu? Tem alguma explicação?

Há aqui uma prática boa e saudável, tendo em conta as mais elementares regras da aplicação da transparência e da legalidade, mas, depois, chegamos a um projecto, talvez o mais relevante no meio destes todos, talvez o que tem mais impacto dentro daquela bondade a que chamou não económica mas social, e essa prática não se verificou. Porquê? Quem foi o mentor? Quem é que teve a ideia? E quem é que, no fundo, deu indicações para que assim fosse?

Depois, porque há notícias de que o Plano Tecnológico terá contribuído também, não sei se de forma directa ou indirecta, para a promoção de um conjunto destas medidas, quero também perguntar-lhe se foi assim e que verbas é que estiveram envolvidas na promoção do conjunto dessas medidas e qual é a origem dessas verbas. Ou seja: no fundo, gostava de saber se o Plano Tecnológico contribuiu com algumas verbas para tudo isso ou se ela própria também beneficiou dessas verbas e se essas verbas têm origem nas contrapartidas para a sociedade da informação ou noutras.

Para já, eram estas as minhas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Hélder Amaral.  
Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, muito obrigado pelas suas questões.

Em primeiro lugar, o Gabinete do Plano Tecnológico era, na altura, um gabinete equiparado a gabinete de membro do Governo, a minha própria função era uma função equiparada a membro do Governo, e, portanto, as nossas verbas eram verbas de funcionamento normais, não tínhamos verbas para promoção, não recebemos, nem éramos candidatos a essas verbas. Portanto, desse ponto de vista, não há aí qualquer fluxo em qualquer sentido.

Pergunta-me: quem é o pai do Magalhães? É uma boa pergunta.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vai dizer-nos?!

O Sr. Prof. Dr. **Carlos Zorrinho**: — Quero referir-lhe o seguinte: houve um conjunto de pessoas e um conjunto de entidades que, perante uma situação de menor preparação da sociedade portuguesa para os desafios com que se confrontava, decidiram ou, melhor, cooperaram no sentido de encontrar uma solução.

Essa solução — o e-escola — foi posta em prática e permitiu, por exemplo, que a penetração da banda larga móvel em Portugal, que era de 8,1% em 2007 — e já não vou ao início da legislatura anterior, porque, nessa altura, praticamente não havia essa tecnologia —, é de quase 40% no final do ano passado; que a banda larga fixa tivesse passado de 11%, no início da legislatura anterior, em 2005, para 18%, ou seja, estamos com valores acima de 50% de penetração de banda larga, quando somamos as

duas; a inversão, como o Sr. Deputado referiu — e muito bem —, da balança tecnológica, e, durante três anos consecutivos, tivemos uma balança positiva; que o número de alunos por computador tenha passado para um terço do que era antes da aplicação de todo este processo, e temos a ambição de ir mais longe e de atingir os valores que referiu: que 100% das escolas estejam ligadas em banda larga; e que, em Portugal, a venda de portáteis, por exemplo, tenha sido, em 2008, de 1,325 milhões, o que é, de facto, um número extraordinário para uma população como a que temos.

Portanto, estes números foram resultado de um processo e de uma escolha, de uma opção ou de uma medida política. Medida essa que foi ganhando ambição.

Sr. Deputado, inicialmente o e-escola foi pensado para o 10.º ano, para os professores do 10.º ano e para os alunos das Novas Oportunidades e, depois, foi estendido ao 11.º ano, ao 12.º ano, ao 9.º ano, ao 8.º ano, ao 7.º ano, ao 6.º ano e ao 5.º ano. E é óbvio que, a certa altura, quando se começou a pensar que era importante e fundamental, até para levar o computador às famílias, que ele pudesse chegar ao 6.º ano, ao 5.º ano, ao 4.º ano, ao 3.º ano, ao 2.º ano e ao 1.º ano, alguém tivesse feito esta pergunta: mas há computadores no mercado para isto? É normal que tenha havido essa pergunta, e a resposta é: há. Mas não há apenas um, há mais do que um! Há. E é porque há e porque há mais do que um...

Posso dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado? Anteontem, recebi no meu gabinete o Vice-Presidente da Fundação One Laptop per Child, Negroponte, que quer fazer uma parceria com Portugal, para irmos pelo mundo fora, sobretudo nos países com maiores dificuldades, promover a ideia de um computador por estudante, para todos os estudantes, qualquer que seja a marca do computador e qualquer que seja o computador, e, neste caso, eles também têm um computador.

Há computadores! E foi quando vimos que havia que dissemos: Ok! Então isto é para avançar!

Os operadores escolheram um computador e uma empresa para fornecer esse computador, e essa empresa foi particularmente feliz no *naming* que atribuiu a esse computador, de tal maneira que — acontece muitas vezes — hoje aquele computador chama-se *Magalhães* em qualquer ponto. Portanto, é o *Magalhães*.

Portanto, o processo foi este e, para chegar aí, foi uma escolha que os operadores fizeram de uma empresa e de um computador que respondia a um determinado tipo de requisitos. Obviamente que, se não houve computadores com esses requisitos, não se tinha feito essa evolução. Esta foi uma questão importante.

Também lhe digo uma coisa: estou convencido de que aquilo que aconteceu em Portugal promoveu no mundo um novo tipo de computadores e de oferta de computadores para alunos com esse tipo de perfil. Também aí fomos pioneiros e acho que não devemos ter qualquer receio de o dizer. Portanto, o processo foi este, e foi muito directo e transparente.

Não fui ouvido e não li, mas posso pedir e ler, o memorando de entendimento entre o MOPTC e a Intel. De facto, estive presente na sessão. Suponho que esse memorando era um memorando de capacitação de uma empresa nacional que, entretanto, já tinha sido contratada para fazer um fornecimento importante. Acho que isso é a defesa do interesse nacional.

Também não conheço o contrato em concreto com o e-escolinha, porque não era o meu papel conhecer.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Prof.

Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Carlos Zorrinho, devo dizer que esta sua última frase foi, pelo menos na minha opinião, a mais esclarecedora desta tarde, porque nos diz uma coisa curiosa, que esta Comissão já tinha tentado descobrir no passado, mas ninguém nos tinha dito. Diz-nos que a J. P. Sá Couto já tinha feito um investimento para se preparar para a produção do *Magalhães*, mesmo antes de saber que iria produzir o *Magalhães*. Por isso, este é um dado importantíssimo para uma Comissão que quer esclarecer todo este processo.

O Sr. Prof. Dr. **Carlos Zorrinho**: — Desculpe, está gravado. Eu não disse isso. Portanto, o Sr. Deputado, se quiser...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Prof. disse isso!

O Sr. Prof. Dr. **Carlos Zorrinho**: — Eu não disse!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O que o Sr. Prof. Carlos Zorrinho disse, e passo a citar, foi que «na altura da assinatura do memorando de entendimento entre a Intel e o Governo, a J. P. Sá Couto se encontrava nas condições em que se encontrava porque já tinha um investimento para se encontrar nessa condições». Não estou aqui a deturpar nenhuma palavra. Foi esta a frase que disse.

Obviamente que se torna curioso que isso aconteça — e, já agora, passamos a contextualizar o cenário português — numa empresa que se dota das capacidades para a produção de 400 000 computadores e que isso aconteça antes da assinatura do memorando entre o Governo e a Intel e antes da decisão conhecida dos operadores de assumirem a compra do *Magalhães*.

Por isso, acho que esta foi, efectivamente — e repito as palavras que disse há pouco —, a mais importante frase que ouvimos esta tarde.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Boa revelação!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, depois deste preâmbulo inicial, quero fazer-lhe algumas perguntas, porque as explicações que deu suscitaram-me algumas dúvidas do ponto de vista do funcionamento do Gabinete do Plano Tecnológico e da tal forma de coordenação estratégica entre ministérios.

Porque o memorando que é assinado entre o Plano Tecnológica e a Microsoft ou entre o Governo, como promotor do Plano Tecnológico, e a Microsoft, em Outubro de 2008, já indica a existência da Suite Microsoft Magalhães, e isso acontece dois meses ou um mês e pouco depois da Fundação para as Comunicações Móveis ter sido criada, gostava de saber se, na preparação desse documento, desse memorando, alguém da Fundação para as Comunicações Móveis esteve presente na *task force* — presumo que tenha havido uma *task force*, e esta é outra pergunta que lhe faço — para a preparação do memorando e se alguém da Fundação para as Comunicações Móveis, que já tinha sido criada no dia 11 de Setembro anterior, esteve presente nesse processo, dado que o Governo na criação da Fundação para as Comunicações Móveis disse que esta Fundação ficaria responsável por todo o processo relacionado com o Programa e-escola, no qual se inclui o Programa e-escolinha. Parece-me que este facto também é extremamente importante.

Continuando na questão relativa à coordenação estratégica entre ministérios, depreendi das suas palavras — e, por isso, gostava que me esclarecesse — que, sempre que existisse a necessidade de organizar

estratégias, no fundo, de unir esforços entre ministérios, o Gabinete para o Plano Tecnológico servia de mediador e catalisava esses esforços.

Como isso é importante também para nós percebermos qual é o grau de envolvimento dos diferentes ministérios relativamente ao Programa e-escola, gostava de saber se existiu alguma *task force*, em algum momento e para que programas dentro de toda a globalidade de programas e-escola, entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Educação ou se apenas foi o Ministério das Obras Públicas que fez a união de todos estes esforços e o Ministério da Educação não esteve envolvido ou se, pelo menos, o Plano Tecnológico não teve conhecimento desse envolvimento.

Relativamente ainda à questão dos pontos fulcrais da coordenação e da monitorização, gostava de perceber também qual a qualidade dos dados com que vocês trabalhavam. Estive a ver o *site* do Plano Tecnológico, são lá descritos os números dos computadores que foram distribuídos no âmbito do Programa e-escola e gostava de saber qual a qualidade dessa informação. O que pergunto concretamente é isto: de onde é que ela provinha? Era da parte dos ministérios e, a partir do momento em que foi criada, da parte da Fundação para as Comunicações Móveis? Qual era a periodicidade dessa informação? E qual é o grau de conhecimento da aplicação de todo o Programa e-escola?

Eu não percebi muito bem a resposta relativamente às activações e também não vi no vosso site essa indicação, mas, no entanto, o pressuposto que existia no Plano Tecnológico não era apenas a distribuição de computadores mas, sim, a distribuição de computadores e o acesso à *Internet* em banda larga móvel. Esse era o pressuposto que estava no Plano Tecnológico e, como tal, seria de esperar que o Plano Tecnológico também avaliasse o número de activações desses computadores, como um dos factores mensuráveis pelos quais deveria zelar e que deveria avaliar.

Ora, eu sei que avaliaram o número de computadores distribuídos, mas quanto ao número de activações não encontro essa resposta em lado algum e também não percebi, pelas palavras que disse há pouco, se faziam essa validação ou não. Se fizeram, também quero saber qual a proveniência, qual a qualidade dos dados, isto é, qual o grau de periodicidade com que ela era transmitida e se também era proveniente da Fundação para as Comunicações Móveis ou se era proveniente de outra entidade.

Por último, dado que o Plano Tecnológico também serve como intermediário entre várias instituições — Governo e várias empresas — e que alguns dos projectos que foram desenvolvidos foram promovidos em ligação do Plano Tecnológico às empresas, gostava de saber se, em algum ponto, o Plano Tecnológico serviu também de intermediário entre a Microsoft e a Fundação para as Comunicações Móveis a nível de qualidade de informação. Dado que a Microsoft também se dispôs, em alguns acordos com a Fundação para as Comunicações Móveis, a avaliar a execução dos programas gostava de saber se, de alguma forma, serviu de intermediário no fornecimento dessa informação.

Por agora, é tudo, Sr. Prof.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, em primeiro lugar, como sabe, se a memória não me traiçoa, o dia em que foi feita a assinatura do tal memorando de entendimento entre o MOPTC e a Intel foi também o dia em que a Intel recebeu o direito de produzir aquele computador em Portugal. Foi isso que eu quis referir e é isso que quero sublinhar.

Ou seja, é normal que um governo apoie uma empresa que adquiriu o direito de produzir em Portugal um computador, inclusivamente com prazos que foram na altura indicados, com uma fortíssima incorporação nacional, não imediatamente a 100%, mas recorde-me que nesse dia foi dito que, a determinado prazo, seria com total incorporação nacional.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE) – Pedia-lhe só que especificasse bem essa frase.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Essa é a questão essencial.

Ou seja, aquela empresa ficou, naquele dia, disponível para poder produzir para o mundo.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Pedia-lhe só que explicitasse essa frase para clarificar.

O que disse agora foi que a Intel garantiu o direito de produção em Portugal. Gostava de ter a certeza se não foi o contrário, ou seja, que garantiu a possibilidade de produzir em Portugal, porque, do nosso ponto de vista, direito já tinha. A Intel detinha as patentes de todo o processo. Apenas não tinha a patente do invólucro exterior do computador, de resto era tudo patente da Intel.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — A Intel cedeu — tem uma designação técnica de que agora não me recorde — a esta empresa a possibilidade de poder produzir aquele equipamento. Essa é que foi a questão-chave. E de poder produzir aquele equipamento para Portugal e para o mundo. Isso é importante e fundamental! O Governo fez isso várias vezes e fá-lo-á noutras circunstâncias.

Imagine que — já tem acontecido... Nós não ficamos satisfeitos por saber que a Autoeuropa tem a possibilidade de produzir um novo modelo?! E, nesse dia, não vamos, se for preciso, dizer «óptimo», «magnífico» e até assinar um memorando de entendimento com a Autoeuropa?! Essa é a questão fundamental!

Esse é um processo que vem a seguir e que,...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — E distribui carros pelas criancinhas...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados...

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — ... não querendo interferir nesta Comissão, os Srs. Deputados vão ter oportunidade de perguntar a quem comprou este equipamento. Quem comprou também há-de vir aqui, portanto podem perguntar-lhes porque é que compraram, não perguntem a quem não comprou. Perguntem é quem apoiou uma empresa que ficou capacitada para produzir em Portugal um equipamento com forte incorporação nacional para um nicho de mercado muito importante. Óptimo! Foi uma excelente notícia e foi isso que foi apoiado.

Queria dizer-lhe que a feitura dos memorandos não tinha a figura da *task force*. Há pouco, expliquei-lhe como é que, normalmente, eles funcionavam: havia a oportunidade... No fundo, dizia aos vários ministérios que tinham a possibilidade de introduzir nesse memorando pontos que fossem do seu benefício e esse ponto que referiu terá, certamente, sido introduzido pelo ponto focal do Ministério das Obras Públicas.

A *task force*, quando funcionou, sempre teve... Aliás, nós sempre tivemos uma relação de muita proximidade. Repare, também é muito difícil

definir uma fronteira fechada entre as várias medidas do Plano Tecnológico.

O Dr. João Mata, que estará aqui convosco amanhã, era coordenador do Plano Tecnológico da Educação. Nós trabalhávamos com muitas medidas e muitas coisas que, muitas vezes, era preciso articular para potenciar o Plano Tecnológico da Educação. Havia uma ligação quase permanente das pessoas, da equipa do Plano Tecnológico da Educação com o Plano Tecnológico, o que é normal. Era assim que as coisas funcionavam.

Em relação à monitorização, seguimos o princípio de fazer dois tipos de monitorização. Temos uma monitorização simples, com indicadores simples, para poder ser muito pragmática e nada subjectiva e as únicas pessoas que podem introduzir dados no nosso sistema de monitorização são os pontos focais: têm uma *password*, com a qual entram, e escrevem e actualizam as medidas. Agora há um pequeno compasso de espera — se forem ao *site* e se forem aos relatórios podem constatá-lo — porque entre o anterior governo e o actual foi necessário criar uma nova RCM (resolução do Conselho de Ministros), nomear novos pontos focais e, portanto, estamos agora a fazer o processo de *empowerment* para se poder fazer isso. Mas, nessa altura, era o ponto focal que podia entrar e escrever os dados.

Por outro lado, escolhemos indicadores simples para cada medida e, no caso concreto desta medida, escolhemos o número de computadores, mas escolhemos também uma outra bateria de indicadores decorrente do European Innovation Score Board. Nessa bateria de indicadores mais compostos tínhamos o aumento da penetração da banda larga fixa e móvel e íamos verificando — verificámos sempre e continuamos a verificar — que havia uma consonância entre duas coisas: que Portugal era o país, até mesmo na União Europeia em certa altura, que mais rapidamente aumentava o número de conexões à banda larga fixa e móvel e que, ao mesmo tempo, tinha muitos computadores distribuídos.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Prof. Carlos Zorrinho.  
Não tenho indicação de mais inscrições. Não sei se mais algum...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Sr. Presidente, queria voltar a usar da palavra...

O Sr. Presidente: — Lembro que agora, em segunda ronda, os tempos são mais reduzidos para as questões que queiram formular.

Tem a palavra, Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Sr. Presidente, sei que o tempo agora é mais curto, mas, ainda assim, gostava de deixar algumas notas para também desfazer algumas ilusões que se tentaram aqui criar.

Em primeiro lugar, o acordo com a Microsoft: foi dito que é um acordo de cidadania, não de mercado, e que, portanto não terá impactos sobre o mercado... Como se existisse uma figura da Microsoft, quase como que «Microsoft associação de beneficência», foi com essa que assinámos o acordo e, portanto, com a restante Microsoft, que lucra com tudo isto, não temos nada a ver...

Da mesma forma, o Sr. Deputado Ramos Preto tentou fazer-nos crer que estes protocolos são «uns entendimentos, sem valor jurídico; convergimos nos objectivos...» Bem, mas é engraçado que é o próprio protocolo que, na sua cláusula 10.<sup>a</sup>, fixa claramente que para qualquer incumprimento ou dissenso existe, inclusivamente, um foro competente no âmbito dos tribunais. Portanto, é curioso que um acordo informal tenha cláusulas desta natureza.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Qual é que está a ler?

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Deixo, pois, estas notas para não sermos demasiadamente ingénuos e pensarmos que houve aqui uma convergência de interesses humanistas e altruístas e que o Estado português apenas criou as condições para que a Microsoft ajudasse as nossas criancinhas. Julgo que essa ideia não nos fica bem e que pensar assim também é um pouco menosprezar a inteligência do interlocutor.

Gostava de voltar a uma questão, porque não entendi que tivesse sido resolvida. Pensei que, de certa forma, a desvalorização que fez daquela passagem do relatório de progresso, dizendo que estava mal inserida no relatório, que devia estar na parte da sociedade civil... E ao responder-me «apoiar é estar lá», queria perguntar-lhe se estava a falar a sério. Apoiar é estar lá?!

Temos num relatório de progresso do Plano Tecnológico, um dos eixos fundamentais da propaganda deste Governo, uma passagem que diz que apoiou, em Dezembro de 2005, o lançamento, por parte do sector privado, de pacotes integrados...

Vou explicar-lhe porque é que o PCP está a insistir nisto. É que pacotes integrados de PC (*personal computers*) e *Internet* em banda larga é precisamente aquilo que o e.escola vem, depois, corporizar.

Portanto, o que diz aquele relatório é que, em Dezembro de 2005, houve uma tentativa do sector privado — e eu perguntei-lhe que sector privado e não me respondeu... Disse-nos que tinha sido a sociedade civil e que o Governo esteve lá. Foi o que me respondeu.

Volto a perguntar se estava a falar a sério quando me disse que o apoio que o Governo deu, através do Gabinete de Coordenação do Plano Tecnológico, a uma tentativa de lançamento de um pacote integrado foi «estar lá». E, já agora, explique-me, mais ou menos, o que é «estar lá», se é um selo com o holograma do Plano Tecnológico nos computadores.

E pergunto-lhe ainda, novamente — também não respondeu, pelo menos não tive oportunidade de compreender —, qual foi o desfecho final desta tentativa — por aquilo que percebemos, foi uma tentativa — do sector privado de lançar pacotes integrados. Diria alguém, talvez com um raciocínio um pouco mais maquiavélico, que os privados tentaram inserir no mercado português os pacotes integrados de PC (*personal computers*) e *Internet* com banda larga e não conseguiram e que, então, o Estado deu a mãozinha para que isso fosse possível.

Esperemos que possa responder desta vez, tendo em conta que, há pouco, as respostas foram, de certa forma, parcas.

Sr. Coordenador, queria ainda questioná-lo sobre o impacto do e.escola e sobre as questões de que aqui nos falou.

Ao fim e ao cabo, tentou — e compreendemos isso — colocar esta discussão exclusivamente no seu plano político e dos efeitos e obviou e atalhou a todas as questões que tenham a ver com o facto de ter sido escolhida a J.P.Sá Couto e o que é que justificou a escolha da Microsoft e não de outra. Ou, então, não tem mesmo conhecimento de como isso foi feito, o que também compreendemos, mas tal não elimina, como compreende, a dúvida. Quando nos diz que não sabe por que é que a Microsoft está na base de todos estes programas, nomeadamente até ao e.escola, e só no e.escolinha é que surge um *dual boot*, o facto de nos dizer que não sabe não nos elimina a dúvida.

Disse-nos que Portugal é um modelo, que foi o primeiro país do mundo que criou uma nova filosofia em torno da distribuição de computadores para estudantes e crianças. Foi, de facto, o primeiro país do mundo a obrigar toda a gente que quisesse usufruir destes programas do Governo a «levar» com a Microsoft e com a Intel. Isso foi, de facto! Mas, como sabe, programas com base noutras tecnologias já existiam.

Inclusivamente, existiam noutros países programas até bem conhecidos, como o *one laptop per child*.

Termino, novamente com esta questão: qual é a articulação que existe, na realidade, entre os ministérios quando nós possibilitamos ou quando o Governo impele os jovens e os pais a adquirirem ligações à banda larga, inclusivamente duplicando o esforço que o próprio Ministério da Educação tinha vindo a fazer?

Do ponto de vista da articulação, sinceramente não nos parece que isso faça qualquer sentido. Deixemos de lado alguma ingenuidade e o que estamos aqui a presenciar é — e estou apenas a colocar de outra forma as palavras do Sr. Professor — estar-se a pegar nos interesses das operadoras, nas próprias contrapartidas e, assim, possibilitar-lhes um gigantesco mercado com o selo do Plano Tecnológico.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Percebemos que se fosse o Sr. Deputado a formular esta medida não a formularia da mesma maneira. Provavelmente, não a formularia mesmo.

Mas a questão determinante é que não se pode desvalorizar aquilo que é uma medida reconhecida em todo o mundo e em todas as circunstâncias como uma medida pioneira, como uma medida de grande impacto social, como uma medida que tem uma capacidade de reduzir assimetrias e permitir igualdade de oportunidades intergeracional e entre pessoas de territórios diversos, de facto uma medida de enorme impacto. Isso, o Sr. Deputado não deveria desvalorizar. Mesmo o excelente projecto *one laptop per child* nunca teve, em nenhuma circunstância, nem este

impacto nem esta profundidade, pelo que nós somos, de facto, pioneiros neste processo, no qual temos muito orgulho.

Em relação à medida que o Sr. Deputado tanto refere, quero dizer-lhe que iniciei funções como Coordenador do Plano Tecnológico a 15 de Dezembro. Esta medida, como lhe disse, está mal classificada, devia ter sido uma medida da sociedade civil no âmbito do Plano Tecnológico. Disse-lhe há pouco que é uma medida de promoção conjunta da TMN e da Toshiba de acesso à banda larga portátil com preços especiais. E muitas vezes e em muitas circunstâncias, Sr. Deputado, foi fundamental o espírito, a dinâmica, a agenda do Plano Tecnológico para fazer com que estas medidas surgissem. E muitas vezes «estar lá» é mesmo isso. Quantas vezes, Sr. Deputado, recebi empresas no meu gabinete, na altura na Lapa, que me diziam: «Nós temos uma ideia excelente, vamos trabalhar em conjunto, consideramos que esta medida é um contributo para a agenda do Plano Tecnológico». E nós avaliávamos e dizíamos: «Excelente medida, é um contributo, listamo-la no relatório. Podem usar a nossa referência. Isso é considerado marca registada.»

Ao dizer o que diz, o Sr. Deputado está a fazer o maior elogio que pode fazer ao Plano Tecnológico. É que é uma marca que se credibilizou pelas acções concretas feitas pelo Governo,...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Essa parte é lavra sua!

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — ... em parceria com os privados, e que os privados adoptaram e adoptam como marca da sua acção. Isto é extraordinário e foi isto que aconteceu.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — É extraordinário...!

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — É extraordinário! É muito importante, como agenda de mobilização da sociedade portuguesa, e o Sr. Deputado está a reconhecê-lo.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que o que eu disse sobre o Memorando com a Microsoft foi um bocadinho mais do que aquilo que o Sr. Deputado citou, naturalmente, pois eu disse que era um memorando de cidadania e não de economia, disse que se baseavam no princípio da responsabilidade social das empresas, disse que tinham ganhos mútuos para a promoção da sociedade da informação em Portugal, disse que, obviamente, este tipo de memorandos e de entendimentos feitos com muitas empresas, em muitas circunstâncias, aumentam o potencial global do mercado, o que não definem é quem acede ao mercado, aumenta-se o potencial do mercado e, depois, obviamente, isso tem consequências.

Naturalmente, nenhuma empresa é uma entidade de caridade como nenhum Governo é uma entidade de caridade, agora, o que existe, na responsabilidade social, é a consciência do ganho, do benefício mútuo. É isto que está presente: nenhum atropelo ao mercado, nenhum atropelo ao funcionamento normal do mercado, nenhum impacto contratual e acordos de ganho mútuo. Poderia citar 100, 200, 300, 400, 1000 empresas que, em Portugal, praticam isto todos os dias! Chama-se a isto responsabilidade social e a responsabilidade social faz parte...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Nem todas recebem é esse apoio!

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Nem todas se chamam Microsoft — é verdade! — e nem todas causam a urticária que a Microsoft causa ao Sr. Deputado. A mim, a Microsoft causa-me a mesma urticária que causam outras empresas, gosto mais de empresas portuguesas mas, entre as

empresas internacionais, não tenho nenhuma urticária especial, em sentido favorável ou desfavorável, em relação à Microsoft.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Prof. Carlos Zorrinho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, quero apenas fazer uma breve nota, porque fui aqui citado pelo Sr. Deputado Miguel Tiago.

Na verdade, uma coisa são protocolos de entendimento, outra coisa são protocolos de cooperação. São textos distintos.

Por exemplo, a Microsoft sempre teve protocolos de entendimento com o Governo português; com o Ministério da Educação tem protocolos de entendimento desde 2004. Desde 2004 que a Microsoft tem um protocolo de entendimento com o Ministério da Educação, que eu saiba, foi a primeira vez que foi celebrado, o qual foi depois renovado com este Governo.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Mas esse não tem!

O Sr. Ramos Preto (PS): — Pois, não tem! Por isso é que eu disse que não tinha. Não tem, mas é um protocolo de entendimento no quadro do programa Parceiros na Educação, o qual tinha em vista o desiderato que o Prof. Carlos Zorrinho aqui referiu.

Era só esta nota que queria deixar, Sr. Presidente, porque, quanto ao resto, penso que os esclarecimentos do Sr. Prof. Carlos Zorrinho foram suficientes e bastantes para o desiderato da sua vinda aqui.

O Sr. Presidente: — Não sei se o Sr. Prof. Carlos Zorrinho quer fazer...

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Não, não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Sr. Presidente, também não vou colocar questões novas, mas estamos numa Comissão de Inquérito, não propriamente no funcionamento normal de uma comissão parlamentar, e a Comissão de Inquérito tem como objectivo tirar conclusões relativamente às questões que aqui são tratadas e avaliadas. E gostava de obter do Prof. Carlos Zorrinho a sua concordância ou não relativamente a cinco conclusões que retirei das respostas que deu às perguntas que lhe fiz e de uma resposta a outro Deputado.

A primeira conclusão que retirei das respostas que me deu, há pouco, foi a de que o Prof. Carlos Zorrinho ou o coordenador do Plano Tecnológico não validou quaisquer contrapartidas das licenças UMTS, nem decorrentes deste programa nem decorrentes dos outros investimentos das operadoras.

A segunda conclusão foi a de que os requisitos e as características dos computadores foram definidos não pela entidade coordenadora do Plano Tecnológico mas no âmbito da *task force*.

A terceira conclusão é idêntica mas, em vez de dizer respeito aos requisitos e características dos computadores, refere-se aos memorandos de entendimento, aos acordos, aos protocolos assinados com operadoras e fornecedores. Os memorandos de entendimento e acordos ou protocolos que foram assinados quer com operadores, quer com fornecedores de equipamentos não foram tratados no âmbito da entidade coordenadora do Plano Tecnológico mas, sim, no âmbito da *task force*.

A quarta conclusão é a de que a decisão de criar a Fundação para as Comunicações Móveis não foi da *task force* mas da entidade executora, do Ministério das Obras Públicas.

A última conclusão, que já não decorre de uma resposta a uma pergunta minha mas de outro Deputado, é a de que, aquando da assinatura do Memorando com a Intel, já havia uma empresa que estava preparada para obter a licença e produzir o respectivo computador.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Costa, em relação à primeira conclusão, há muitos aspectos por esclarecer em relação às contrapartidas UMTS, que, como sabem, não foram geridas num período anterior à Legislatura a que nos estamos a reportar, mas em nenhum momento me foram atribuídas funções de validação e, portanto, não fiz essa validação. Não sei, sequer, se era suposto que alguma entidade validasse, mas o gabinete do Plano Tecnológico, como disse, é um gabinete de coordenação e não um gabinete executivo e, portanto, provavelmente, não seria da minha competência, se é que alguém tinha essa competência. Portanto, não validei.

Quanto aos requisitos, foram desenvolvidos, em termos genéricos, no contexto da *task force*.

Os memorandos de responsabilidade social com a Cisco, com a Sun, com a Microsoft, com a ESOP foram desenvolvidos no contexto da *task force*, embora de uma *task force* alargada. Nenhum memorando com os operadores foi discutido pela *task force*, os memorandos com os operadores

foram um assunto de trabalho directo da entidade executora, tal como a FCM também é da responsabilidade da entidade executora.

Peço desculpa, Sr. Deputado Jorge Costa, importa-se de me repetir a sua quinta conclusão...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Tem a ver com o momento da assinatura do Memorando com a Intel, se...

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Ah! Já sei, Sr. Deputado.

O que sabemos é que uma empresa portuguesa obteve uma licença de produção de um computador, quanto à cronologia, neste momento, não a tenho presente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Carlos Zorrinho, só para precisar e para o ajudar, o dia 30 de Julho, data da assinatura do Memorando, é o dia em que se anuncia o *Magalhães* ao mundo e a J.P. Sá Couto. Nesse preciso dia!

Já agora, em entrevista à RTP, o Presidente da Microsoft diz o contrário do que diz o Sr. Professor. O Sr. Professor diz que a Intel escolheu a empresa portuguesa e o que ele diz é que «a escolha não foi nossa, a Intel foi portuguesa». Não especificou se foi o Plano Tecnológico, o Ministério das Obras Públicas ou outro, mas diz, ele próprio, estava presente na cerimónia, «a escolha foi portuguesa». Terá sido não sei de quem, talvez do contínuo!...

Para não perder muito tempo, quero perguntar-lhe o seguinte: dentro da monitorização de que fala, aliás, é a única coisa que diz fazer, gostava de saber qual o âmbito e enquadramento dessa monitorização, que

objectivos é que ela pressupõe, se é a utilização dos fundos, se é o acompanhamento das medidas, se é o cumprimento ou não dos objectivos. E gostava também de saber, no meio disso tudo, quem é que, do Plano Tecnológico, fala com a Fundação para as Comunicações Móveis, quem fala com o Ministério das Obras Públicas, quem fala com o Ministério da Educação e quem fala com a J. P. Sá Couto, uma vez que é a empresa que produz o *Magalhães* para Portugal e para o mundo.

Uma última pergunta, no sentido de saber se conhece ou não o acordo com a Microsoft chamado «Aliança *Magalhães*». É um acordo que existe e, como tal, gostava de saber se o Plano Tecnológico teve algum papel relevante neste acordo específico «Aliança *Magalhães*», se não teve, a resposta está dada.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, é muito injusto, depois de tudo aquilo que... Enfim, da justiça ou da injustiça cada um avalia, mas é muito injusto concluir que a única coisa que fazemos é monitorar, embora monitorar seja importante. Mas, nesta medida e em muitas outras, fizemos muito mais do que monitorar, como tive oportunidade de referir.

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que não tive participação no designado acordo que referiu.

Em relação a quem fala com quem, Sr. Deputado, do ponto de vista formal, falamos com o nosso ponto focal e o nosso ponto focal fala com as pessoas da Fundação. Mas, Sr. Deputado, não espera, certamente, que eu, quando, por qualquer razão, tiver de falar com o meu colega do Governo,

por exemplo, com o Secretário de Estado das Obras Públicas, tenha de pedir uma autorização prévia ao ponto focal.

Ou seja, do ponto de vista informal, ao longo deste tempo, falei com muita gente, e continuarei a falar; formalmente, a monitorização é feita de acordo com os parâmetros que definimos e quem fala com quem fá-lo através do ponto focal, porque é o ponto focal que fala com a Fundação, já que esta é uma fundação no âmbito do executor, que é o MOPTC.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho, só para especificar, existem actas da tal *task force* que designou as características dos computadores a serem adquiridos? Era um processo normal existirem actas das *task forces*? Existe alguma documentação relativa a essa *task force*? Qual era o processo que existia? Como é que funcionavam as *task forces* e como é que ficavam documentadas as suas decisões?

A minha segunda e última pergunta tem a ver com o seguinte: há pouco, disse-nos que, na questão do *Magalhães*, a Intel era uma entre várias operadoras para aquele tipo de computadores, mas a pergunta que faço é ao contrário. No protocolo que foi assinado pelo Governo e pelos operadores, e já agora gostava de saber se tem conhecimento disso, para além de se especificarem as características do computador, o Estado designava as características do fornecedor. Assim, faço, agora, a pergunta inversa: para estas características, e derivada do relacionamento entre a Intel e a J.P. Sá Couto, consegue enumerar-me alguma outra empresa que tivesse possibilidade de as cumprir?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, em primeiro lugar, nunca participei em nenhuma reunião sobre a designação de características para os fornecedores de qualquer material. Como lhe disse, os requisitos eram genéricos e quem tinha de fazer as operações de aquisição eram os operadores. Portanto, em nenhuma circunstância se colocou a questão que sublinha na sua segunda pergunta.

Em relação à primeira pergunta, das *task forces*, passa-se o seguinte: o gabinete de coordenação do Plano Tecnológico tem um nível de funcionamento operativo, operacional. As *task force* reuniam quando era necessário, discutíamos e, obviamente, a entidade executora tirava as suas conclusões e executava. Não há actas.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho, chegámos ao fim da sua audição.

Vamos fazer uma pequena pausa de 2 ou 3 minutos, para que o Sr. Prof. Dr. Carlos Zorrinho possa retirar-se, após o que retomaremos os nossos trabalhos, uma vez que ainda temos dois pontos para abordar nesta reunião.

*Pausa.*

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, para apreciar dois pontos que ainda estão agendados, um dos quais tem a ver com a votação de um requerimento, apresentado pelo CDS-PP:

E que pede os seguintes documentos:

1. «*Relatórios mensais relativos à forma como os fundos foram investidos*», assim citados na Carta de Acordo relativa à Iniciativa e-escola, assinada pelo governo e pelos representantes da Microsoft Licensing GP de Reno NV.

2. As «*deliberações sobre a concessão de financiamentos, apoios e subsídios*», a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 11º dos Estatutos da Fundação para as Comunicações Móveis – FCM.

3. «*Os livros e registos respeitantes a todas as transacções, entradas e saídas de fundos*», a que se refere a alínea n) do mesmo número e artigo desses Estatutos.

4. Os documentos produzidos, quer pela FCM quer pela empresa de auditoria, na sequência das auditorias anuais referidas na alínea o) do mesmo número e artigo desses Estatutos.

É este o teor do requerimento do CDS, que vamos votar.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Sr. Presidente, posso dizer uma coisa?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Sr. Presidente, no ponto quatro, quando se refere aos documentos produzidos por empresas de auditoria, são auditorias financeiras ou auditorias de validação daqueles documentos, contrapartidas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral, para esclarecer se quiser.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Gonelha, intervenho só para lhe dizer que os Estatutos da Fundação dizem claramente que são obrigatórias auditorias financeiras, na alínea que cito.

O Sr. Presidente: — É a alínea *o*) do n.º 1 do artigo 11.º.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — É exactamente essa. O Sr. Presidente da Fundação disse que não tinha, portanto queremos saber.

O Sr. Presidente: — Está esclarecida a dúvida, pelo que vamos proceder à votação do requerimento do CDS-PP, cuja leitura efectuei.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — O segundo requerimento, e é o último da ordem de trabalhos de hoje, é apresentado pelo PSD e é do seguinte teor:

Na sequência das audições já realizadas na Comissão de Inquérito Parlamentar a que V. Exa. preside, com o objectivo de permitir o completo esclarecimento das circunstâncias que rodearam a criação e o funcionamento da FCM - Fundação para as Comunicações Móveis, e do FSI – Fundo para a Sociedade da Informação que o antecedeu, considera-se relevante o acesso adicional à seguinte documentação referente ao assunto:

- 1 — Actas das reuniões do Conselho de Administração da FCM;
- 2 — Actas das reuniões do Conselho Geral da FCM;
- 3 — Plano anual ou plurianual de actividades e Orçamento para 2009 da FCM;
- 4 — Contratos e/ou outros documentos vinculativos referentes às despesas da FCM até Dezembro de 2009 com:
  - a) Advogados;

- b) Consultores fiscais;
- c) Revisores e contabilistas;
- d) Consultores;
- e) Programa e.escola (publicidade e propaganda, Internet, promotores, produção de eventos, consultores e oradores);

5 — Balancete desagregado da conta Depósitos à Ordem nos anos de 2008 e 2009;

6 — Plano Anual ou Plurianual de Actividades para 2010;

7 — Relatório de Gestão e Relatório do Fiscal Único, do FSI.

Assim, solicita-se a V. Exa. que diligencie no sentido de se providenciar a obtenção da documentação referenciada, tida por conveniente e necessária ao bom funcionamento dos trabalhos cometidos a esta Comissão.

É este o teor do requerimento apresentado pelo PSD, que vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Sr. Presidente, se me permite, queria fazer uma pergunta sobre este último ponto.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, só queria dar uma informação adicional, mas tem a palavra.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Sr. Presidente, a minha pergunta é apenas sobre a condução dos trabalhos da reunião que se realizará amanhã.

Queria saber qual é a condição em que o Prof. Eduardo Cardadeiro vem a esta Comissão, porque tínhamos definido que queríamos cá, e a pedido do Bloco de Esquerda, o responsável pelo grupo de trabalho UMTS

que foi criado em 2006, sendo que o inclui a ele também. No entanto, o CDS-PP pediu a sua audição enquanto representante da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).

Queríamos saber se o Prof. Eduardo Cardadeiro vem empossado nas duas funções, e assim sendo parece-nos que pela ordem de entrada dos requerimentos deveria ser o Bloco de Esquerda o primeiro a ter a intervenção de amanhã, ou se iremos ter duas audições do Prof. Eduardo Cardadeiro em momentos diferentes.

O Sr. Presidente: - Não, não vamos ter. Falei com o Sr. Prof. na altura do agendamento desta audição e ficou acertado que ele vinha como representante do grupo da UMTS. Ele pertence à direcção da ANACOM (não é presidente, é administrador da ANACOM), mas vem responder na qualidade de integrante do grupo da UMTS. Julgo que está esclarecido.

Embora, ao que me tenha dito, não recusasse responder se, no âmbito das suas funções, lhe fosse colocada alguma questão que tivesse também a ver com a ANACOM. Mas digamos que o sentido da intervenção do Sr. Prof. nesta Comissão, amanhã, tem a ver com a resposta a questões colocadas sobre o grupo UMTS que negociou as contrapartidas de atribuição das licenças móveis com o Estado português.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Sr. Presidente, peço a palavra interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Sr. Presidente, só quero dizer que o CDS não faz questão nenhuma, nem mesmo quando apresentou o requerimento, em ser o primeiro a falar. Por nós, cedemos o lugar ao Bloco

de Esquerda, pelo que pode ser o primeiro a fazer perguntas.

O Sr. Presidente: - O Presidente não tem nenhuma questão a colocar, mas fica feliz por ver este entendimento. Assim sendo, amanhã é o Bloco de Esquerda que começa a colocar questões.

Srs. Deputados, peço a vossa atenção por mais um minuto só para vos dar nota daquilo que neste momento já está pré-agendado.

Tinha pedido aos Srs. Deputados, para não estarmos a fazer esse trabalho em reunião aberta, porque não faz muito sentido, que reavaliassem, à luz das audições que já foram feitas, as solicitações relativas às 36 audições que temos sobre a mesa. Já fui informado de que ainda não foi possível fazer esse trabalho, pelo que pedia aos coordenadores das diversas bancadas que entre hoje e amanhã, se fosse possível, fizessem essa avaliação.

Seja como for, informo quais as audições que temos pré-agendadas - e ao fazê-lo joguei com os trabalhos parlamentares que já estão programados.

Recebemos no dia 15 de Março, às 15 horas, o vogal do conselho de administração da Fundação, Dr. Daniel Adrião; às 18 horas, o Presidente do Conselho Geral da Fundação em representação do Estado, o Dr. Pedro Costa.

Estarão presentes no dia 16 de Março, às 10 horas, a vogal do Conselho Geral da Fundação, em representação do Estado, Isabel Malaquias; às 15 horas, o representante da Caixa Mágica; às 18 horas, o representante em Portugal da empresa ACER.

No dia 17 de Março, às 10 horas, em princípio ouviremos a ex-ministra da Educação, Prof.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rodrigues. Quero sublinhar que esta data não está confirmada, porque, como tive já oportunidade de dizer, a Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> está no estrangeiro e só chega a Portugal no dia 12.

Nessa data, ficámos de acertar em definitivo o dia em que virá cá: se puder, será no dia 17; se não puder, teremos que marcar outra data.

No dia 22 de Março, às 15 horas, e já está confirmado, escutaremos o Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, Eng.º Ângelo Paupério.

Estarão presentes no dia 23 de Março, às 10 horas, a vogal do Conselho Geral da Fundação, em representação do Estado, Maria Isabel Ressurreição; às 15 horas (também já está confirmada a presença) o Presidente do Conselho de Administração da Vodafone, Sr. Dr. António Coimbra.

No dia 25 de Março, às 21 horas, será ouvido o Presidente do Conselho de Administração da TMN, Dr. Zeinal Bava - também já está confirmado. Não pode vir antes, porque apresentou resultados da empresa e está em *road-show* algures pelo mundo, chega no dia anterior, portanto foi a data possível.

No dia 29 de Março, às 15 horas, estará presente a Directora-Geral da Microsoft Portugal, Sr.ª Eng.ª Cláudia Goya.

Serão ouvidos no dia 30 de Março, às 15 horas, o Presidente do Conselho de Administração da JP Sá Couto; às 18 horas, o gerente de desenvolvimento de negócios em Portugal da Intel, Eng.º Nuno Martins.

Algumas destas pré-marcações não estão ainda absolutamente confirmadas. As dos três operadores já estão todas.

Queria chamar a atenção para mais um ponto: tinha sido solicitada a presença do Eng.º Nuno Duarte, anterior director-geral da Microsoft, que neste momento está a exercer funções do Japão. Nas diligências que fizemos soubemos - hoje mesmo seguirá um *email* para o Eng.º Nuno Duarte - que chegará a Portugal no dia 26 de Março e vai cá estar poucos dias.

A data que sugerimos ao Eng.º Nuno Duarte, em articulação com

quem da Microsoft me prestou apoio para entrar em contacto com ele, para fazer a audição é, em princípio, o dia 29 de Março, às 15 horas (é uma segunda-feira), porque ele estará em Lisboa até ao dia 30 de Março ou 1 de Abril.

Portanto, estará cá muito poucos dias e entre fazer a audição nesta ocasião em que ele por acaso está em Portugal ou fazê-la por videoconferência, julgamos que é preferível fazer nessa ocasião. Em princípio, vamos apontar a audição do Eng.º Nuno Duarte para o dia 29 de Março, que julgo que é uma segunda-feira, às 15 ou às 16 horas, a seguir à audição da actual Directora-Geral da Microsoft Portugal.

São estas, até agora, as programações, que de resto já quase esgotam o rol das que tínhamos previsto.

Falta ouvir o Secretário de Estado, Dr. Paulo Campos, e mais duas ou três pessoas. Ainda não pré-agendei essas audições, porque julgo que são as que os Srs. Deputado pretendem avaliar se vale ou não a pena fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Sr. Presidente, relativamente à lista de audições que acabou de referir, poderemos, eventualmente, prescindir de algumas que foram solicitadas pelo PSD - algumas delas até já estão na lista que citou.

Vamos discutir isso entre os coordenadores, mas, face às audições já realizadas, neste momento não considero que seja importante ouvir, por exemplo, os representantes dos operadores no conselho geral...

O Sr. Presidente: - Mas essas audições estão mais no fim da lista na pré-ordenação que tínhamos feito.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - ... ou os representantes do Estado no

conselho de administração. Há algumas audições de que eventualmente poderemos prescindir.

Em contrapartida, também poderá vir a concluir-se da necessidade de ouvir, de novo, o Presidente da Fundação, que ouvimos no início. Portanto, acho que antes se confirmarem algumas das audições valeria a pena os coordenadores encontrarem-se - por mim, pode ser já a seguir a esta reunião - no sentido de apresentarem essa solicitação.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado Jorge Costa, tinha feito essa solicitação anteriormente.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Só intervim para solicitar ao Sr. Presidente que não confirme ainda algumas das audições que referiu no sentido de podermos, agora, concretizar este processo.

O Sr. Presidente: - Sr. Eng.º Jorge Costa, tenho duas preocupações em relação a este assunto.

Como sou o responsável pela condução dos trabalho nesta Comissão, a minha primeira preocupação é tentarmos encontrar um calendário que permita à Comissão concluir s seus trabalhos dentro do prazo que foi determinado pelo Plenário da Assembleia da República, porque acho que era pedagógico que assim o conseguíssemos fazer.

A minha segunda preocupação é cumprir escrupulosamente as deliberações dos Deputados desta Comissão, de resto, quase todas, se não todas, aprovadas por unanimidade. Portanto, tenho que executar aquilo que VV. Ex.<sup>as</sup> determinaram. Não posso retirar audições por meu livre arbítrio. A verdade é que, independentemente da iniciativa de cada um dos grupos parlamentares, a Comissão deliberou ouvir estas pessoas. Portanto, têm que deliberar, por consenso, evidentemente, que neste momento não vale a pena

ouvir estas pessoas e eu, muito bem, tiro-as da lista.

Mas é muito urgente que façam isso, para marcarmos outras audições, sendo que algumas delas me parecem ser tanto mais úteis à Comissão se obedecerem a uma certa lógica. Por exemplo, do meu ponto de vista, faz sentido que o Secretário de Estado Paulo Campos venha à Comissão depois dos operadores e não antes deles, mas já estou condicionado pelo calendário fixado com os responsáveis das operadoras.

Não queria terminar os trabalhos da Comissão, no que diz respeito às audições, muito para lá do dia 5 ou 6 de Abril, uma vez que temos a Páscoa algures por aí. Portanto, temos que fazer rapidamente a fixação final do calendário das audições, para podermos estar habilitados a começar o período que tem a ver com a elaboração e a subsequente discussão do relatório e terminar a tempo de cumprir um mandato do Plenário da Assembleia da República. Quanto mais depressa os Srs. Deputados chegarem a esse entendimento tanto melhor para poder cumprir aquilo que VV. Ex.<sup>as</sup> determinam.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Sr. Presidente, pretendo colocar uma questão adicional que tem a ver com os documentos que pedimos.

Há audições que estão decididas pela Comissão que neste momento, do nosso ponto de vista (e proporei isso na reunião), não fazem sentido, mas poderão vir a ser suscitadas, porque pedimos actas de reuniões do Conselho de Administração.

Por exemplo, da leitura das actas pode fazer sentido ouvir algum dos elementos que estão aqui, que se calhar não faz sentido escutar agora. Portanto, poderemos ter uma figura intermédia, que é dizer que se suspende um conjunto de audições para decisão posterior.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado Jorge Costa, os senhores têm um

relatório de progressos em relação às informações solicitadas que já chegaram à Comissão.

Nesta reunião aprovámos dois requerimentos que pedem mais documentos. Esses requerimentos vão ser hoje endereçados à Fundação e no prazo legal de 10 dias temos que ter aqui as respostas. Vamos supor que até ao dia 20 de Março temos que ter cá essa informação.

Portanto, dentro deste espaço de tempo, entre 20 de Março e 5 ou 6 de Abril, altura em que quero ver se conseguimos terminar as audições, é possível fazer aqui o acerto, nem que se tenha de trabalhar à noite, em sessões nocturnas, para permitir as audições que estão programadas ou outras que eventualmente venham a ser deliberadas solicitar.

Acho, pois, que é possível ainda fazer tudo dentro do prazo desde que VV. Ex.<sup>as</sup> acertem rapidamente se este pré-agendamento está bem, se é para excluir alguém que neste momento não faça sentido constar desta lista ou, eventualmente, fazer outro tipo de deliberações.

Portanto, pedia que hoje, se possível, rapidamente, se fizesse esse trabalho. E tanto melhor se a Mesa fosse informada.

O Sr. Ramos Preto (PS): - Sr. Presidente, pela nossa parte, não há qualquer inconveniente nesse sentido e eu aceito bem a sugestão do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado.

Amanhã, haverá nova reunião da Comissão de Inquérito.

Está encerrada esta reunião.

*Eram 17 horas e 38 minutos.*